

Daniely Aparecida Silva

Preconceitos múltiplos: estereótipos, impactos sociais e psicológicos

Uberlândia

2020

Daniely Aparecida Silva

Preconceitos múltiplos: estereótipos, impactos sociais e psicológicos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Tatiana Benevides Magalhães Braga.

Uberlândia

2020

Daniely Aparecida Silva

Preconceitos múltiplos: estereótipos, impactos sociais e psicológicos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Tatiana Benevides Magalhães Braga.

Banca Examinadora

Uberlândia, 04 de novembro de 2020

Prof^ª. Dr^ª. Tatiana Benevides Magalhães Braga

Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia MG

Prof. Dr. Emerson Fernando Rasera

Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia MG

Prof^ª. Luísa Parreira Santos

Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia MG

Uberlândia

2020

O presente trabalho foi mobilizado por diferentes experiências pessoais e acadêmicas que me permitiram aproximações com questões étnico-raciais, desigualdades sociais e temas como relações de gênero e pressão estética. Tais experiências fizeram parte de um processo de autodescoberta, tendo produzido aprendizados e também inquietações que agora servem como propulsoras de novas descobertas e estratégias de transformação.

RESUMO

O presente trabalho tem como propósito identificar e descrever elementos significativos das narrativas de vítimas de preconceitos múltiplos. Para tanto, utilizou como fontes de dados depoimentos relacionados à intersecção de preconceitos encontrados em sites de acesso livre e gratuito a partir do cruzamento de termos como machismo, racismo, lgbtfobia, ageísmo, capacitismo, gordofobia e similares. A análise pautou-se na perspectiva da hermenêutica fenomenológica, caracterizada como postura interpretativa voltada à compreensão do sentido elaborado no processo experiencial dos sujeitos, que se articula ao horizonte histórico e social nele circunscrito. Foram desenvolvidas duas categorias de análise sendo elas: preconceitos múltiplos e o entrecruzamento de estereótipos e preconceitos múltiplos e seus impactos na subjetividade. As narrativas analisadas permitiram vislumbrar as situações de preconceitos múltiplos como restritoras das experiências sociais e desorganizadoras da vivência subjetiva, uma vez que negam pertencimento aos sujeitos estigmatizados por meio de recorrentes experiências de humilhação. Conclui-se pela necessidade de ações que permitam reconfigurações sociais e políticas favorecedoras de experiências de dignidade e cidadania a esses sujeitos.

Palavras-chave: preconceitos múltiplos, estereótipos, saúde mental

ABSTRACT

This study aims to identify and describe significant elements of multiple prejudices victims's narratives. Seeking to find accounts related to the intersection of prejudices, a virtual research was conducted by crossing terms such as sexism, racism, lgbtphobia, ageism, ableism, fatphobia and others. The analysis was based on hermeneutic phenomenology, characterized as an interpretative posture that aims to capture the meaning of a person's experiential process, considering its historical and social determinations. Two categories of analysis were developed, named respectively: multiple prejudices and the intersection of stereotypes; and multiple prejudices and its impacts on subjectivity. The narratives analyzed allowed the recognition of situations of multiple prejudices as restricting social experiences and disorganizing subjective experiences, since they deny the sense of belonging to the stigmatized subjects through recurrent experiences of humiliation. In conclusion, we recognize the need of actions that promote social and political reconfigurations in favor of minorities, allowing them experiences of dignity and citizenship.

Key-words: multiple prejudices, stereotypes, mental health

Sumário

1.Introdução.....	8
1.1 Preconceitos ao longo da história.....	10
Corpo e gordofobia.....	10
Velhice e Ageísmo	12
Deficiência e capacitismo	14
Gênero e machismo	15
Sexualidade e LGBTfobia	18
Raça e racismo	19
1.2 Preconceitos múltiplos	21
2. Metodologia	24
Procedimentos	25
3. Análise	29
Preconceitos múltiplos e o entrecruzamento de estereótipos.....	29
Preconceitos múltiplos e seus impactos na subjetividade	51
4. Considerações finais	57
5. Referências	62

1. Introdução

O preconceito é um fenômeno social de longa presença na história, assumindo modos de manifestação e alvos diversos em diferentes contextos sociais. No cenário contemporâneo, a transformação das relações sociais, a globalização, os avanços da ciência e da tecnologia, a presença de padrões estéticos, culturais e normativos aliada à crítica dos movimentos sociais a tais padrões, têm criado um campo complexo de discussão sobre o preconceito. Aliado a isso, tornam-se mais comuns relatos e denúncias de diversas experiências de preconceito em contextos de compartilhamento público, como os ambientes virtuais. Para compreender as nuances dessas experiências, é relevante conceituar o preconceito como fenômeno social, bem como outros aspectos a ele associados, tais como estereótipo, estigma, discriminação e humilhação social.

Segundo Goffman (2004), ao tentar apreender o mundo, atribuímos características e valores ao que nos cerca e desenvolvemos concepções, fundamentadas objetivamente ou não, sobre coisas, pessoas e espaços sociais. Nessa tentativa de significar o mundo, formam-se os estereótipos, julgamentos qualitativos socialmente construídos acerca de pessoas, baseados em aparências e generalizações, geralmente pressupondo a pertença a determinado grupo ou categoria social, bem como a homogeneidade e similaridade entre todos os componentes deste grupo (Almeida, 2019). Intimamente ligado ao estereótipo, o preconceito pode ser entendido como um juízo ou ideia de teor positivo ou negativo em relação a algo ou alguém que, formulado sem exame ou reflexão prévia, tende a comportar vieses (Jodelet, 2001). Ele consiste em um fenômeno social usualmente pautado nas representações e valores presentes em uma sociedade, construindo desigualdades políticas que acabam por determinar os espaços geográficos, políticos e relacionais que cabem a cada sujeito.

A partir de seus atributos e de seu pertencimento ou não a um grupo, um sujeito pode ser lido positiva ou negativamente. Nos processos de estigmatização constrói-se uma relação entre atributo e estereótipo na qual um atributo tido como profundamente pejorativo obscurece quaisquer outras características que o sujeito possua e reorienta o olhar dos outros sobre ele, de modo que passa a ser visto a partir do estigma que possui (Goffman, 2004). Devido ao caráter profundamente pejorativo, o estigma impacta as relações sociais numa dinâmica de exclusão e descrédito, inabilitando o sujeito para o que o autor chama de aceitação social plena.

O estigma, ao colocar o sujeito numa posição de descrédito, pode ser um gatilho para a discriminação, uma das formas de exteriorização do preconceito. A palavra discriminação por si só não tem conotação negativa, estando ligada ao ato de diferenciar. Todavia, a discriminação social trata da situação em que ocorre segregação negativa, derivada de ação ou omissão, dirigida a alguém em decorrência de seu pertencimento, real ou presumido, a um determinado grupo, o que pode prejudicar o acesso a direitos, à voz, ao pertencimento e, em síntese, à cidadania pela pessoa discriminada (Santos, 2010).

Ainda que distintos, estigma, preconceito e discriminação estão entrelaçados na experiência social de diferentes grupos politicamente minoritários. Por constituir uma experiência frequente na população, estudar o preconceito e seus impactos torna-se muito relevante, especialmente na medida em que a discussão acerca dos direitos individuais e políticas inclusivas avança socialmente. Mais especificamente, o fenômeno dos preconceitos múltiplos, isto é, a intersecção entre diferentes tipos de preconceito, consiste em um campo relativamente recente de pesquisa e socialmente relevante em termos de experiência coletiva. Discuti-lo significa refletir sobre o atravessamento do preconceito em diversos campos da

experiência do sujeito, com implicações ainda mais profundas pela grande dificuldade de pertencimento social.

Considerando suas implicações na subjetividade e nas relações sociais, tal fenômeno adquire relevância ainda maior no domínio da Psicologia, uma vez que esta, enquanto ciência, deve ancorar sua prática na promoção de dignidade, igualdade e integridade dos sujeitos e atuar considerando as determinações econômicas, histórico-culturais e políticas sobre as relações, de modo favorecer “a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Conselho Federal de Psicologia, 2005, p. 7). Tal princípio desvela ainda o compromisso ético-político e social da Psicologia com a desconstrução de estigmas e preconceitos marginalizantes que culminam em sofrimento psíquico-existencial.

1.1 Preconceitos ao longo da história

Os processos de instauração dos diferentes preconceitos formam uma rede complexa, baseada em heranças históricas que compõem um sistema dinâmico de crenças, valores e relações de poder. Ao investigar diferentes momentos históricos, é possível elencar múltiplas formas de preconceito, perceber alguns de seus motivadores e também suas transformações.

Corpo gordo e gordofobia

Acerca dos padrões corporais, Betti (2014) aponta que, diferentemente do que ocorre na sociedade moderna, em que a magreza é associada à saúde e à beleza, enquanto a gordura é repudiada, na Idade Média, nos Estados Unidos e Europa do século XIX e no período colonial brasileiro o corpo gordo era percebido como sinônimo de riqueza, abundância, saúde e respeitabilidade, sendo um marcador de classe social abastada, enquanto a magreza remetia à

miséria, privações materiais e decadência que se revelavam no corpo esmorecido. Além disso, segundo a autora, em algumas culturas não ocidentais como alguns povos indígenas da região dos Andes pode-se identificar o corpo gordo como sinônimo de beleza, sensualidade e força.

A inversão dos significados atribuídos a corpos gordos e magros na contemporaneidade está articulada a um processo de mudanças sociais ligado ao capitalismo. A aceleração do processo de trabalho e a valorização da produtividade associou a magreza à agilidade e a resistência à doenças, tidas como atributos positivos (Almeida, Wiggers & Jubé, 2014; Freitas, Pereira, Alves & Oliveira, 2019). Simultaneamente, a estruturação da rotina de trabalho mais sedentária deslocou a prática de atividade física aos momentos de “não trabalho” (Santos, 2008) e a produção industrial de alimentos inverteu a estrutura de consumo fazendo com que alimentos doces e gordurosos, antes exclusivos das elites, passassem a ter seu acesso facilitado em relação a alimentos mais nutritivos (Grenha, 2011). Além disso, foi estruturado um mercado em torno da estética a partir do padrão magro de beleza (Caetano, 2019). Tais aspectos contribuíram para consolidar o corpo magro e exercitado como um distintivo de classe social, pois embora não restrito a uma classe específica, denota a possibilidade de escolha de alimentos, tempo livre, recursos e acesso para o cuidado profissionalizado em diferentes formas de modelagem do corpo.

A idealização da magreza, agora entendida como um sinalizador de saúde, estabeleceu uma maior vigilância sobre o corpo e a estigmatização da pessoa gorda (Caetano, 2019). A aversão ao corpo gordo estrutura um preconceito chamado gordofobia, sustentado por fatores como a produção midiática da magreza como ideal estético contemporâneo, sua utilização como marcador social e a patologização da gordura. Betti (2014) afirma que diversos estereótipos são construídos e amparados sob a compreensão de que o “excesso” de gordura

remete à ausência de disciplina, força de vontade e cuidado sobre o corpo, retratando pessoas gordas como preguiçosas, indisciplinadas ou necessariamente doentes.

Tais representações dos corpos gordos e magros são disseminadas através da mídia e da cultura que buscam nesse processo legitimação do saber médico-científico. Embora pesquisas científicas associem Índices de Massa Corporal tanto altos quanto baixos a problemas de saúde, pesquisas que associam a gordura a diferentes doenças são muito mais divulgadas do que aquelas ligadas ao baixo IMC (Betti, 2014). É ainda paradigmático dessa situação o fato de que algumas pesquisas apontam que há riscos maiores para pessoas abaixo do peso referido pelo IMC (Cao et al., 2014), sendo problemas de saúde para esse grupo muitas vezes influenciados por modelos publicitários e outros representantes midiáticos do modelo corporal socialmente valorizado.

Cabe destacar que ainda que, embora as representações pejorativas construídas acerca do corpo gordo tenham implicações no sentido de limitar ou dificultar a participação social da pessoa gorda, nem sempre a discriminação é percebida como tal, uma vez que se reveste de “preocupação com a saúde” e encontra legitimidade a partir certos vieses do discurso médico.

Velhice e ageísmo

Ao tratar da velhice, Bosi (2016) a compreende como categoria social que também é experimentada de formas distintas em diferentes contextos, nem sempre ocorrendo o preconceito contra os idosos. Principalmente em sociedades não letradas, mas também em outras sociedades anteriores ao capitalismo neoliberal, constata-se a valorização concedida a anciãos, sendo estes considerados os guardiões do conhecimento.

O avanço médico-científico ocorrido entre os séculos XIX e XX, fez emergir a noção de velhice como uma etapa da vida, associando-a ao declínio biológico e ao adoecimento (Vieira, 2013). Tal associação entre declínio biológico e velhice vem alimentando a formação de estereótipos negativos sobre a pessoa idosa, vinculando-a à incapacidade, à assexualidade, à pureza, à fraqueza, à dependência e à desatualização (Koch-Filho et al., 2012; Santos, Araújo & Negreiros, 2018; Araújo, Fernandes-Eloi, Rabelo & Silva, 2019). Ademais, na relação entre padrões estéticos e desvalorização social, a extrema valorização da juventude e os processos históricos de interdição social da morte (Ariés, 2012) levaram o envelhecimento a ser percebido como produtor de um corpo desfigurado. Assim, possuir cabelos brancos e rugas é socialmente afastado do ideal de beleza e aproximado do adoecimento e da morte, associando os idosos à feiúra, à solidão e à tristeza (Almeida & Lourenço, 2009; Rozendo, 2016).

Na sociedade capitalista, em que o trabalho se tornou eixo central da existência social, o caráter supostamente não-produtivo da velhice também relegou a pessoa idosa à desvalorização. A rejeição do velho na sociedade industrial ampara-se no fato de que “perdendo a força de trabalho ele já não é produtor nem reproduzidor” (Bosi, 2016, p. 77). Além disso, o avanço tecnológico alterou as formas de saber vigentes, acelerou a validade dos saberes, repercutiu na perda da transmissão oral de conhecimento e na desvalorização da experiência de vida.

A partir desses aspectos a velhice é negativada favorecendo a instauração do *ageísmo*, preconceito ligado à faixa etária, que atinge de forma notável pessoas idosas limitando suas experiências sociais, políticas e subjetivas. Sob o discurso da proteção e do cuidado eles são muitas vezes tolhidos em sua liberdade financeira, afetivo-sexual e de circulação, podendo

também ser preteridos em contextos de trabalho, ignorados em seus posicionamentos, desejos e necessidades ou mesmo ser alvo de piadas, ofensas e risadas em decorrência da idade (Rozendo, 2016). A fragilização da experiência da velhice se expressa ainda nas estatísticas nacionais que revelam altas taxas de suicídio entre idosos, especialmente acima dos 70 anos, sinalizando a necessidade de prevenção (Fernandes-Eloi & Lourenço, 2019; Fumegalli, 2019).

Deficiência e capacitismo

O preconceito contra pessoas com deficiência é um fenômeno antigo, presente em diferentes sociedades e épocas, podendo ser manifesto por atos de abandono, negligência, segregação, maus-tratos ou mesmo extermínio desses sujeitos (Oliveira & Resende, 2017). Na Antiguidade, os egípcios acreditavam que deficiências físicas eram provocadas por maus espíritos; para os antigos hebreus e gregos deficiências representavam impureza ou pecado. Com a emergência do cristianismo, as pessoas com deficiência passaram também a ser percebidas como seres criados por Deus e dignas de cuidado, o que, todavia, não garantiu sua integração ao meio social, já que o confinamento para o cuidado as isolava do mundo externo (Pereira & Saraiva, 2017). Durante o século XX, a visão assistencialista fortemente consolidada com o cristianismo frente às pessoas com deficiência foi aos poucos dando espaço para a responsabilidade social e favorecendo avanços políticos voltados a essa população, o que, entretanto, ainda hoje não garantiu a plena inclusão social desses sujeitos.

Atualmente, denomina-se *capacitismo* o processo pelo qual discrimina-se pessoas com deficiência hierarquizando-as “em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional” (Mello, 2016, p. 3266). Para Amaral (1994) o preconceito pode representar um mecanismo de defesa contra um elemento percebido como ameaçador ou

desorganizador. Em relação à rejeição social da deficiência, pode-se encontrar uma relação com o pavor da morte e da limitação causada pela “deformidade”, uma vez que a percepção de um corpo com deficiência pode suscitar em um indivíduo reflexões e afetos acerca de suas experiências com o próprio corpo, mobilizando a fantasia de que ele poderia ter experienciado algo similar. Assim, a necessidade de rebaixar, atacar ou se distanciar da pessoa com deficiência pode significar a tentativa de eliminar um elemento ameaçador e desestruturante.

Nessa conjuntura orientada por um padrão de normalidade capacitista, a pessoa com deficiência é percebida a partir de estereótipos que a representam como alguém doente, incapaz e infantilizado. Considerada a partir de suas limitações em detrimento de suas potencialidades, ela é muitas vezes impedida de usufruir plenamente das possibilidades do meio social e da vida intersubjetiva como saúde, educação, lazer, trabalho e sexualidade, o que fragiliza profundamente sua experiência social (Almeida, 2009).

Gênero e machismo

Assim como o preconceito contra pessoas com deficiência, o preconceito ligado às relações de gênero é antigo. Bourdieu (2012), ao analisar a sociedade cabila, encontra uma oposição entre os gêneros baseada na atribuição de características de poder, força, grandeza, domínio e racionalidade ao homem, garantindo-lhe acesso ao espaço público, enquanto reserva à mulher a emotividade, a feminilidade, a submissão, a pequenez, relegando-lhe ao espaço privado/doméstico. Esta oposição historicamente construída e naturalizada no tecido social produz uma desigualdade entre os gêneros que ancora no masculino características socialmente valorizadas, atribuindo a ele uma suposta superioridade em relação ao feminino e construindo, em decorrência, acesso privilegiado ao espaço político, à independência, aos

lugares de poder. Tal processo sustenta o preconceito de gênero ou machismo, que confere prejuízos à experiência social feminina.

Amparado sobre representações inferiorizantes do feminino, o machismo gera consequências concretas à vida das mulheres. Historicamente, impediu-as muitas vezes de ter independência financeira e jurídica, impondo-lhes restrições na participação política e em espaços de poder e mesmo negando-lhes os direitos sobre o próprio corpo e sua sexualidade (Beauvoir, 1970). Assim, dentre as restrições sociais impostas às mulheres encontra-se o impedimento do acesso a espaços educativos, do direito ao voto, do exercício de profissões não voltadas ao cuidado e/ou ao doméstico, da administração do próprio salário, do direito de divórcio, entre outros.

Embora existam transformações sociais impulsionadas pela Revolução Industrial, pela primeira onda do feminismo e o movimento sufragista e pela crescente luta pela equidade de direitos sobretudo a partir do início do século XX, constatamos ainda hoje diversas marcas da desigualdade entre gêneros: a violência doméstica ainda é considerada pela ONU a maior violação aos direitos humanos na atualidade e as desigualdades salariais no Brasil apontam cerca de 30% a mais de ganhos para homens em relação às mulheres (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020). Além disso, no que tange ao direito de decidir sobre o próprio corpo, as mulheres não possuem direito ao aborto exceto em casos muito restritos como quando a gravidez é resultante de violência sexual, quando apresenta risco à vida da mulher (Decreto-Lei nº 2.848, 1940) ou em casos em que o feto é anencéfalo, como decidido em 2012 pelo Supremo Tribunal Federal.

. Conforme aponta Goldenberg (2005) muitas experiências continuam a reproduzir os padrões tradicionais de gênero, com uma forte representação das mulheres enquanto ligadas à

fragilidade e ao casamento e dos homens enquanto ligados à ideia de força e liberdade. Nesse sentido, o controle do corpo feminino remete a mulher ao universo familiar e doméstico, atribuindo-lhe uma “natureza maternal” e seu direcionamento “inato” ao cuidado. Tal processo naturalizado culturalmente gera uma pressão por adequação que leva à objetificação e à restrição do exercício da autonomia e da liberdade, aprisionando “as mulheres ao desejo do outro, silenciando-as em uma vivência de impotência, apagada” (Zanello, Fiuza & Costa, 2015, p. 239).

Para Wolf (1992), a condição de opressão feminina que sempre referencia mulheres ao olhar e desejo do outro, é sustentada por um ideal estético e comportamental que se reinventa a partir de exigências excessivas e vigilância sobre o corpo a fim de preservar a estrutura de poder masculino. Exigências estéticas de magreza, vaidade e feminilidade são colocadas às mulheres e, embora mulheres fora do padrão sejam repudiadas, o cumprimento de tais exigências pode levar a representações inferiorizantes associadas à futilidade e à superficialidade. Constata-se ainda o duplo padrão sobre a sexualidade instituído pelo machismo, que valoriza a vasta atividade sexual masculina significando-a como potência e virilidade, e reprime a sexualidade feminina associando-a à imoralidade e/ou promiscuidade. Nessa conjuntura, as mulheres, ao mesmo tempo em que são objetificadas e convocadas a satisfazer o prazer sexual masculino, devem reprimir sua sexualidade e “guardar” seus corpos, num processo que retira da mulher o direito ao próprio desejo. Beauvoir (1970), ao analisar o controle do corpo e da sexualidade o entende como uma estratégia de controle do destino: sem a possibilidade de desejar, a mulher é levada a anular a própria vontade em favor da submissão.

Sexualidade e LGBTfobia

Podemos considerar os preconceitos ou interdições ligadas à orientação sexual enquanto articulados às representações sociais inferiorizantes do feminino, já que na ordem tradicional a homossexualidade significaria uma quebra da divisão social de papéis entre homens e mulheres, em que a pessoa homossexual assumiria um papel que não lhe é considerado próprio. Embora o repúdio à homossexualidade nem sempre tenha existido, sendo comuns práticas homossexuais na cultura pagã e greco-romana (Borrillo, 2010), a articulação entre homossexualidade e dominação de já ocorria entre os gregos, que atribuíam uma conotação sexual negativa em relação ao papel passivo, associando-o à menor capacidade para o autogoverno e, portanto, para o exercício do governo da polis, ou seja, para a participação pública e política (Foucault, 1998).

A cultura judaico-cristã acentuou o repúdio social da homossexualidade, pois a valorização da relação sexual com fins reprodutivos por essa doutrina transformou a sexualidade não-reprodutiva e, por conseguinte, a homossexualidade, em símbolo do pecado contra a natureza, sendo seus praticantes considerados indignos de salvação (Borrillo, 2010). Nesse contexto, tem-se a representação social de homossexuais como pecadores, hereges, promíscuos ou imorais a subverter a ordem divina. A valorização da heterossexualidade e consequente desprezo às homossexualidades recebeu também contribuições da medicina, que proliferou discursos sobre o corpo e o sexo instituindo classificações de formas normais e perversas de prazer (Foucault, 1999). Tal consideração da homossexualidade como patologia posiciona a população LGBTQPIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, pansexuais, intersexuais, agênero, assexuais, não binários, entre outros) como pessoas doentes, disfuncionais que precisam ser curadas, a fim de reverter seus padrões “inadequados”

de volta aos padrões heteronormativos “sadios e normais”. Nesse sentido, a moral cristã e a patologização das homossexualidades constituem alguns dos elementos motivadores do preconceito contra as orientações sexuais e identidades de gênero não-normativas, a LGBTfobia.

Este preconceito se caracteriza como uma “hostilidade geral, psicológica e social” frente a pessoas que, supostamente, sentem desejo ou se relacionam afetivo-sexualmente fora do padrão heteronormativo. Tal rejeição se estende ainda às pessoas que destoam dos papéis socialmente determinados para seu sexo biológico. Pautando-se na inferioridade atribuída às sexualidades dissidentes, a LGBTfobia veda-lhes a plena igualdade de direitos, explicitando um “sistema desigual de atribuição e de acesso aos bens culturais, a saber, direitos, capacidades, prerrogativas, alocações, dinheiro, cultura, prestígio, etc.” (Borrillo, 2010, p. 39).

Silva, Bezerra e Queiroz (2015), em seu estudo com mulheres *trans* e travestis, apontam que as privações e opressões sociais à população LGBTQPIA+ podem relacionar-se aos mais diferentes contextos, como educação e trabalho, podendo ainda incluir o uso de espaços sociais, como banheiros. Tais opressões se desenrolam ainda em recorrentes violências físicas e homicídios contra essa população, o que revela a urgência de se visibilizar as opressões vividas por esse grupo e construir estratégias de transformação desse cenário.

Raça e racismo

A raça é uma construção social historicamente legitimada que engendra hierarquias entre sujeitos. Discriminações raciais estiveram presentes em muitas sociedades, todavia as etnias discriminadas variaram em diferentes sociedades e momentos históricos. Wedderburn (2007) aponta que na Grécia Antiga o pensador Claudio Galeano fizera descrições pejorativas

sobre os povos africanos, alimentando a ideia de sua suposta inferioridade. Tal pensamento, ao expandir-se pelo território árabe, favoreceu o início de uma escravização sistemática da população negra e à medida que o Império Árabe-Muçulmano conquistava territórios essas concepções se difundiam. Este processo violentou profundamente o continente africano, tendo posteriormente se articulado à colonização das Américas, estabelecendo o tráfico negreiro como comércio lucrativo internacional e tornando-o elemento importante da exploração econômica colonial brasileira. Tal conjuntura favoreceu a consolidação do preconceito racial direcionado aos indivíduos negros como um dos mais expressivos no Brasil, sendo a discriminação mais intensa quanto mais escura a cor da pele.

Almeida (2018) pontua que o racismo é um fenômeno de caráter sistêmico; integrante da estrutura social que institui uma desigualdade na experiência social e política de brancos e negros. Tal diferença está ligada a uma operação que distingue entre sujeitos “*superiores e inferiores*, entre *bons e maus*, entre os grupos que merecem viver e os que merecem morrer” (p. 89), sendo os negros sujeitos a essa morte que não é apenas a interrupção da vida biológica, mas fundamentalmente uma morte política. Nesse sentido, o racismo possui repercussões políticas, econômicas e sociais, se revelando na restrição de acesso à empregos, educação, saúde, representação política e midiática, entre outros (Kilomba, 2019).

São diversas as representações pejorativas acerca de pessoas negras, indo desde a sua associação à periculosidade, irracionalidade, imoralidade, subalternidade, feiúra, agressividade até estereótipos de superpotência sexual e ritmicidade natural (Souza, 1990). Tais representações estão presentes em discursos cotidianos como “da cor do pecado” e “cabelo bombril”, bem como no imaginário da mulher negra barraqueira, doméstica ou hipersexualizada e do homem negro “bem dotado” ou bandido. Tais discursos constroem uma

representação de inferioridade estética, intelectual e moral de negros em relação aos brancos que urge ser desnaturalizada.

1.2 Preconceitos múltiplos

Embora o preconceito se caracterize como um fenômeno produtor de desigualdades sociais e políticas, grupos que são alvo de preconceito podem se articular na contraposição da narrativa construída sobre eles ou na articulação de movimentos sociais de resistência. Assim, pesquisas relatam a importância do pertencimento a grupos de troca experiencial como via de empoderamento e resistência política, favorecendo a compreensão e enfrentamento de alguns tipos de marginalização (Leal, 2008; Kleba & Wendausen, 2009; Tavares, 2014). Nesse sentido, uma mesma pessoa pode sofrer preconceito em um determinado contexto e ser acolhida em outro. Igualmente, um indivíduo alvo de certo tipo de preconceito pode manifestar-se preconceituoso de outros modos e, enquanto produtor ou reproduzidor do preconceito, contribuir para a manutenção da opressão e exclusão de outros grupos.

Porém, os diferentes estigmas nem sempre se apresentam de maneira isolada e, por vezes, se interligam numa conjunção de representações negativas que recaem sobre um mesmo sujeito. Tomando como exemplo as mulheres negras, temos o entrecruzamento de machismo, racismo. Enquanto mulheres brancas foram historicamente impedidas de trabalhar em atividades não ligadas ao cuidado materno ou doméstico e viveram uma subordinação do seu desejo e autonomia a figuras masculinas, homens negros viveram diversos tipos de depreciações impeditivas da ascensão social, da educação e da participação política, em forte relação com a dominação escravocrata. No entrecruzamento das dimensões de gênero e raça na conjuntura social, mulheres negras tiveram o corpo duplamente usurpado pelo regime patriarcal e escravocrata: no exercício do trabalho árduo e exploratório (conforme

determinações de terceiros) dissociado de sua independência e também no exercício legitimado de práticas de abuso sexual pelos “donos” de escravizados. Isto sinaliza que, embora submetidas às opressões de uma mesma cultura preconceituosa - machista, racista, gordofóbica, LGBTfóbica, ageísta, capacitista – mulheres, pessoas negras e indivíduos que em geral são alvo de preconceito não constituem um grupo homogêneo. Portanto, faz-se necessário considerar atravessamentos como os de raça, classe e gênero, entre outros, que ao longo da história posicionam os sujeitos em lugares sociais bastante distintos. A intersecção entre essas diferentes condições e os preconceitos a elas direcionados, como exemplificado a partir de mulheres negras, é capaz de potencializar o sofrimento de um indivíduo, pois as experiências de exclusão e humilhação social ocorrem em diferentes esferas de sua vida e o alvo de preconceitos múltiplos nunca é exatamente pertencente a um grupo.

Para Amaral (1992), o sujeito constitui sua imagem corporal e consciência de si no encontro com o outro e com o mundo. Tal encontro cria perspectivas de mundo e modos de ser e agir mais ou menos ampliados, compondo nossas experiências subjetivas. Gonçalves Filho (2007) afirma que é por meio desse contato com outros humanos que o sujeito pode completar sua experiência de dignidade. Todavia, é também pelo contato humano que ocorre a humilhação social, fenômeno caracterizado pelo “rebaixamento que atinge alguém” (p. 187) e que não pode ser vivido de modo puramente individual, manifestando-se apenas a partir da experiência humana de intersubjetividade. O caráter da pluralidade, que consiste no fato de que partilhamos um mundo comum (Arendt, 2007), constitui as relações entre homens. É no âmbito dessas relações que se constroem as desigualdades políticas que atravessam o fenômeno da humilhação social, relacionado à esfera da subjetividade, mas também a um grupo social discriminado ao qual se pertence. Nesse sentido, um indivíduo alvo de

humilhação será atingido simultaneamente enquanto membro de um grupo discriminado e em sua dignidade pessoal.

O fenômeno da humilhação social se desenha num cenário que reproduz, no plano intersubjetivo, as desigualdades, hierarquias e preconceitos sociais: o soberbo considera-se superior porque é hegemonicamente legitimado nessa superioridade por hierarquias de classe, gênero, raça e outras, formadas por desigualdades concretas de voz política e poder econômico, reproduzidas e reificadas nos preconceitos sociais. Assim, ela remete à inferiorização, ao menosprezo que o soberbo destina ao humilhado, podendo ser experimentada como “insulto em ato ou iminente” (p. 188). Nessa perspectiva, tal fenômeno liga-se à relação de dominação expressa e reproduzida no preconceito, no qual “estou voltado para o outro como para um estranho, mas não só: encontro-me na contingência de dirigir-me a ele (ou poder a qualquer instante fazê-lo) como alguém abaixo e a meu serviço” (p. 212).

A humilhação social possui repercussões na vida política e social, mas também na esfera subjetiva, prejudicando a construção de vínculos sociais e levando a vivências marcantes de sofrimento e angústia. Subjetivamente, a humilhação social desencadeia afetos "despencadores" (Gonçalves Filho, 1998), despertando naqueles que a vivenciam o sentimento de ter a dignidade desfeita, ressoando como uma angústia – um enigma intersubjetivo que o humilhado não consegue decifrar. Na medida em que é capaz de privar o sujeito do reconhecimento do outro, o rebaixamento político experimentado na humilhação social constitui-se como um evento traumático. Nessa direção, ao discutir a restrição das experiências intersubjetivas possíveis para o estigmatizado, Goffman (2004) assinala que ele pode não se sentir completamente aceito pelo outro, o que resulta na experiência de insegurança e angústia. Além disso, as crenças sobre identidade socialmente vigentes que o

estigmatizado compartilha com os “normais”, podem nublar sua sensação de ser “um ser humano como qualquer outro” (p. 9), o que não acontece sem prejuízos ao universo subjetivo.

Em nossa sociedade, frente ao ideal branco, masculino, magro, jovem e heterossexual, a diferença é transformada em patologia, inferioridade, estigma, resultando em vivências de preconceito e discriminação aos sujeitos que escapam a esse ideal. Assim, neste trabalho, lança-se o olhar sobre os preconceitos múltiplos como uma maneira de dar visibilidade às experiências e narrativas dos sujeitos “desviantes” àquilo que se tem como “norma”. Diante da complexidade do tema, investigar a experiência de preconceitos múltiplos a partir de relatos das vítimas consiste num rico campo para reflexões tanto na esfera do social quanto da subjetividade.

2. Metodologia

Este estudo consiste numa investigação qualitativa tendo como perspectiva procedimental e de análise a hermenêutica fenomenológico-existencial. Como expressa Sodré (2004), as análises fenomenológicas consistem fundamentalmente em análises da experiência, havendo uma relevante ligação entre a experiência vivida e a história narrada. Nesse sentido, os significados produzidos a partir do processo experiencial podem ser acessados através da linguagem, como aponta Gadamer (1999) em suas considerações acerca da hermenêutica. Para o autor, a compreensão do ser é marcada pela realidade histórica, havendo necessidade de articulação entre narrativa e contexto. Esse processo aponta uma crítica da neutralidade do sujeito cognoscente, propondo que o intérprete antecipe e se aproprie de seus próprios preconceitos e opiniões para que possam ser confrontados, permitindo assim que o texto se apresente em sua alteridade.

Na perspectiva do entrelaçamento entre experiência e contexto, a narrativa convoca uma abertura à “multiplicidade de sentidos inerente à questão de quem fala e a respeito do que fala, de quem e sobre o que se faz um relato, assim como das diferentes maneiras de exprimir o discurso ao longo da história” (Sodré, 2004, p. 68). Na abertura à alteridade daquele que narra, não se busca estabelecer verdades absolutas, mas construir possibilidades interpretativas de fenômenos que contém em si múltiplas possibilidades de ser (Macedo, 1999). Sob a ótica hermenêutica, a narrativa implica uma relação circular na qual o todo se articula a partir de suas partes e as partes compõem o todo a partir de suas relações. Assim, o processo de compreender um fenômeno requer que se revise as partes e o todo a fim de paulatinamente ampliar os processos interpretativos (Gadamer, 1999). Tal análise pode ser realizada a partir de etapas como: a identificação e separação de temáticas relatadas em unidades de sentido; agrupamento das temáticas em categorias gerais e descrição e interpretação dos elementos significativos que emergem das narrativas (Macedo, 1999). A identificação de elementos comuns entre diferentes relatos permite apreender a significação de certa experiência para um dado grupo de sujeitos, desvelando significados atribuídos a pessoas, ao mundo e suas relações (Chaves & Mendonça, 1997).

Procedimentos

A construção da metodologia de análise partiu da pergunta “O que as narrativas das vítimas de preconceitos múltiplos revelam sobre tal experiência?”, nutrindo o propósito de identificar e analisar elementos significativos das narrativas de sujeitos alvo de preconceitos múltiplos.

Inicialmente, foi definido como campo de pesquisa as redes digitais nas quais pudessem ser encontrados depoimentos de pessoas que sofreram preconceitos múltiplos. A

compreensão da internet como um campo social, interacional e cultural ampara-se no entendimento de que a interação online consiste em um dos campos possíveis de socialização e comunicação entre atores sociais, resguardando, todavia, algumas especificidades. No contexto digital, a imersão e interação entre os sujeitos ocorre de maneira singular, frequentemente sem o acesso a elementos que compõem o conjunto da interação intersubjetiva no contexto presencial, tais como a expressão facial, o tom de voz, o contexto ambiental, entre outros registros visuais e linguísticos. Por outro lado, a perda do acesso a tais signos sociais e eventualmente a um enquadre ambiental determinado pode possibilitar uma experiência de interação anônima ou pouco identificada e, com ela, uma maior desinibição na manifestação de conteúdos pessoais. Embora haja algum risco de possibilidade de identificação dos participantes do estudo e também possível falta de veracidade das informações (Ferro, 2015; Nogueira, Gomes & Soares, 2011), é importante ressaltar que tais riscos também existem nas pesquisas presenciais, sendo em ambos os casos necessário o cuidado na apresentação de resultados e na preservação de nomes ou outras informações de fácil identificação. Visando coibir o risco de identificação e preservar a identidade dos depoentes, seus nomes reais foram substituídos por nomes fictícios.

Embora essa pesquisa não possua abordagem netnográfica em sua análise, algumas referências da netnografia foram utilizadas para caracterizar os dados obtidos a partir da internet. Esta abordagem prevê três tipos de dados virtualmente produzidos: a) arquivais (material produzido pelos sujeitos, já pronto), b) dados resultantes da interação online entre pesquisadores e participantes, como por exemplo a participação em um fórum ou comunidade online e c) dados produzidos em anotações e análises do pesquisador, tais como diários de campo de interações virtuais (Silva, 2015). Na presente pesquisa, utilizou-se o tratamento de

dados arquivais, ou seja, tomou-se para a análise discursos previamente produzidos de maneira espontânea pelos sujeitos.

Posteriormente, foi sistematizado um método para a busca por depoimentos, tendo a plataforma Google como fonte de dados, a partir da qual foram mapeados sites, blogs e outras páginas online a partir de descritores pertinentes. Tal busca focalizou conteúdos digitais produzidos e publicizados entre 01 de janeiro de 2014 até dezembro de 2019 – momento em que se encerraram as buscas – e se deu a partir do cruzamento dos termos: preconceitos múltiplos, duplo preconceito, duplo estigma, dupla discriminação, racismo, machismo, homofobia, lgbtfobia, gordofobia, transfobia, capacitismo, ageísmo, etarismo, depoimentos, relatos e histórias. Os relatos encontrados compunham, de modo geral, parte de reportagens, entrevistas ou artigos em sites e blogs de acesso livre e gratuito.

O fato de que tais discursos foram produzidos em campos interacionais de acesso livre, sem nenhuma espécie de moderação online ou limitação de acesso para sua visualização implica, em muitos casos, um caráter público proposital que possui, para o tema de preconceitos múltiplos presentemente investigado, uma intenção de publicização da experiência, seja visando o compartilhamento com outros internautas, seja visando a militância e discussão política. Nesse sentido, os relatos são analisados enquanto discursos proferidos pelo sujeito na perspectiva da compreensão de sua própria experiência, sendo essa percepção subjetiva considerada enquanto histórica, cultural e socialmente contextualizada. É nesse sentido que se dá o recurso à hermenêutica fenomenológica enquanto método de análise do material. Tal método busca, simultaneamente, compreender a discurso enquanto expressão da vivência do sujeito e sua articulação com o contexto hermenêutico no qual ela se produz.

A etapa seguinte consistiu em estabelecer os critérios de inclusão dos relatos, sendo eles: 1) narrar uma vivência pessoal de preconceito; 2) expor dois ou mais tipos de preconceito e 3) haver uma narrativa extensa o suficiente para identificar, fatos, processos de significação ou outros elementos de análise. Foram excluídos os depoimentos que: 1) narravam vivências de terceiros, não dos depoentes; 2) consistiam em falas teóricas e estatísticas de especialistas acerca de discriminação e preconceito; 3) narravam apenas um tipo de preconceito. Ao todo, foram selecionados 21 depoimentos obtidos a partir de 17 sites diferentes. Esses sites se distribuíam entre reportagens (11), por vezes de páginas institucionais como Geledés, Senado e Redação das Nações Unidas, que versavam sobre a condição da mulher negra, envelhecimento LGBT e preconceito, relatos de preconceitos diversos, ambiente escolar e estudantes LGBT's, respeito às diferenças, discriminação, transfobia e afetividade de mulheres negras; notícias (3) que versavam sobre racismo em eventos esportivos universitários, sobre a revelação da homossexualidade de repórter e sobre ataques racistas e gordofóbicos direcionados à uma atriz; entrevistas (2) com uma escritora e uma cantora sobre suas experiências pessoais e profissionais e artigo (1) sobre racismo, transfobia, gordofobia e relações amorosas.

Dos 21 depoimentos, 16 eram provenientes de mulheres, sendo que 14 delas explicitaram ser negras, 4 delas gordas, 3 lésbicas e 2 transexuais. Os outros 5 depoimentos foram provenientes de homens, sendo que 4 deles explicitaram ser homossexuais, 3 deles negros e 1 deles cadeirante.

Após a obtenção dos depoimentos, estes foram agrupados de acordo com os preconceitos aos quais diziam respeito, sendo que 7 deles continham um cruzamento entre racismo e machismo, 3 entre racismo e LGBTfobia, 4 entre racismo, machismo e gordofobia,

2 entre machismo e LGBTfobia, 2 entre LGBTfobia e ageísmo, 2 entre LGBTfobia, racismo e machismo e apenas 1 relato na articulação de racismo e capacitismo.

Embora o material encontrado permita múltiplas possibilidades e campos de análise, a partir da observação da recorrência de certos elementos nos relatos e dada a limitação do estudo, foram construídas duas categorias de análise a serem desenvolvidas neste trabalho: 1) Preconceitos múltiplos e o entrecruzamento de estereótipos e 2) Preconceitos múltiplos e seus impactos na subjetividade, detalhadas a seguir.

3. Análise

Preconceitos múltiplos e o entrecruzamento de estereótipos

Nos relatos encontrados, um dos aspectos frequentes consiste na expressão de estereótipos ligados ao preconceito. Tais estereótipos variam conforme o tipo de preconceito verificado, porém associam aspectos pejorativos que operacionalizam a exclusão sociopolítica dos sujeitos. Assim, no preconceito de gênero, a objetificação do corpo foi encontrada em relatos como o de Ada “*somos tratadas até hoje como objetos*” e o de Ayana “*homens sempre acham que você está ali como objeto sexual deles*”. Os depoimentos incluem relatos de coerção ao sexo, assédio e desqualificação para o trabalho, como na situação vivida por Ayana em que “*um cara que contratou meu show achou que isso lhe dava o direito de ter uma noite de sexo comigo, (...) um cara que estava na frente do palco (...) ficava mostrando o dedo do meio e dizendo que iria introduzi-lo em mim*”.

A objetificação do corpo da mulher, ao explicitar e operacionalizar o machismo enquanto preconceito, atua como elemento de desqualificação e de interdição para ocupar espaços não determinados pela função cuidadora ou sexual. Ademais, associar a contratação

profissional ao assédio consiste numa forma de humilhação, desqualificando o trabalho feminino em si. Encontramos nessas situações o processo apontado por Bourdieu (2012), em que o “habitus feminino” (ou seja, as práticas sociais sedimentadas e as condições de sua realização) é construído de modo a colocar o corpo feminino no lugar de “corpo-para-o-outro, incessantemente exposto à objetivação operada pelo olhar e pelo discurso dos outros” (p.79).

No que se refere ao racismo, os relatos incluem objetificações que associam a pessoa negra à superpotência ou subserviência sexual e ao lugar subalterno. Verificam-se ainda estereótipos associativos à pobreza, à criminalidade e à animalização, implicada em significações pejorativas como feiura, falta de inteligência ou capacidade.

A objetivação sexual de pessoas negras figurou, em sua maioria, nos relatos de mulheres, à exceção de um homem homossexual. Cabe, contudo, destacar que embora tenha sido encontrado um relato de um homem que sofreu objetivação sexual, não houve nenhum relato de uma mulher que tenha objetificado a outrem. Vejamos dois exemplos: a depoente Anele relatou contato com um *“estrangeiro que falou na minha cara que queria me ‘pegar’ porque eu era negra e queria ‘me’ experimentar”*. Em outro depoimento, Ike, um homem negro homossexual, revelou que *“É como se fôssemos objetos de fetiche constantes para algumas pessoas. Alguns gays (...) aproximam-se por causa das tais ‘coxas grossas’, pelo ‘bumbum avantajado’ (...) pelo imaginário popular da virilidade: ‘E aí, quantos centímetros?’. Essa frase é de matar.(...) Há quem diga: ‘desculpe, cara, eu não curto caras negros’”*.

Todos os relatos são fortemente atravessados pela questão de gênero. No caso das mulheres esse atravessamento é mais evidente pela descrição direta de uma dominação simbólica masculina sujeitando o corpo feminino. Todavia, a objetivação se faz presente também no caso de Ike que, ao assumir uma orientação sexual não tradicional, desafia a

ordem simbólica e fica então sujeito à objetificação dirigida aos marginalizados dentro dessa ordem. No caso de Anele, a objetificação é operada pela comparação e redução de sua pessoa a comida, que a transforma em algo que poderia ser “experimentado” e “degustado” pelo estrangeiro. No caso de Ike, a objetificação se dá pela insinuação de uma superpotência sexual que reduz a subjetividade do depoente à mera esfera do corpo. Embora o corpo negro seja objetificado a partir de sua serventia sexual, ele pode ser simultaneamente rejeitado e associado à feiura. Nesses casos, busca-se muitas vezes mascarar o preconceito a partir do “gosto” pessoal: “*eu não curto caras negros*”. Nesta vivência revela-se como a estética branca, legitimada como sinônimo de belo, posiciona o negro, como seu oposto, o feio, estabelecendo padrões ideológicos permissivos à discriminação de uns em relação a outros (Souza, 1990), inclusive em relações afetivas.

Nos processos acima relatados, encontramos tanto a sexualização não autorizada do corpo tradicionalmente presente nas relações de gênero quanto a repetição de atitudes e expressões próprias do tratamento escravocrata, como a avaliação por partes do corpo, a consideração do outro em termos de sua “serventia”, submissão e inferioridade. Articulam-se nos relatos, portanto, duas objetificações: a do corpo para o outro associado à serventia sexual e a do corpo para o outro associado à ordem escravocrata.

Em outra vertente da produção de estereótipos, a condição negra é associada ao lugar subalterno e à pobreza em relatos que descrevem situações de negação do acesso a espaços sociais, seja no consumo de produtos e serviços, seja pela presença em espaços nos quais terceiros consideravam que as depoentes não deveriam estar. Akilah relata ter sido desestimulada a estudar por seu fenótipo: “*quando decidi cursar Medicina (...) Me perguntavam: ‘Você quer isso mesmo? Você não tem cara de médica’*”. Já Rashida conta não

ser considerada apta ao consumo: *“as pessoas não me atendem quando eu vou ao shopping (...) acham que eu não vou comprar, que eu só vou perguntar as coisas (...) sem dúvida, é porque sou negra”*. Anele refere impedimento em vários espaços, incluindo sua própria residência: *“fui considerada a faxineira/empregada no meu próprio apartamento (...) não quiseram pegar o elevador comigo (...) fiquei esperando por táxis pararem pra mim (...) sendo que vários passaram vazios”*. Por fim, Nia relata ser associada verbalmente a estereótipos ligados ao preconceito religioso e lugares subalternos como método de exclusão do espaço social: *“já sofri preconceito em shows de rock. Ironizaram que ali não era casa de pagode nem terreiro, e que eu estava ali para limpar o chão”*.

As experiências relatadas referem-se à interdição do acesso a condições de igualdade política, a saber: igualdade de consumo, propriedade, instrução e cultura. Nesse sentido, o relato de Akilah apresenta a negação do acesso à instrução: o mero julgamento fenotípico considera que o exercício da medicina, socialmente valorizado, não caberia a pessoas negras, associadas à animalidade, desdobrada em falta de capacidade. Nesse sentido, cabe reconhecer nas falas que se amparam no julgamento fenotípico o eco histórico da discriminação: durante o século XIX e início do século XX, diversas teorias racistas buscaram legitimação científica para argumentar a inferioridade negra, destacando-se as teorias eugenistas.

. Por sua vez, os relatos de Rashida e Anele apresentam a negação do acesso à posse econômica e ao consumo, operacionalizada em estereótipos associados à desvalorização do poder de compra, à pobreza econômica e à posição subalterna. Cabe lembrar que, numa cultura capitalista, a possibilidade de consumo é muitas vezes associada ao direito de ocupação dos espaços sociais, assim, a construção do estereótipo negro associado à pobreza configura-se como a perpetuação simbólica da negação histórica do acesso a condições

materiais dignas. Tal reprodução opera elementos de impedimento simbólico que podem construir experiências profundamente humilhantes, como a invisibilidade social ao necessitar de um táxi, e/ou profundamente invasivas, como ser questionada sobre estar na própria casa.

No relato de Nia, observa-se também uma negação do acesso, desta vez à cultura e ao lazer, operado por um processo de humilhação. Quando, no contexto de um “*show de rock*”, consideram que Nia estaria ali não para se divertir, mas para “*limpar o chão*”, os indivíduos estabelecem uma violenta separação entre aqueles que podem desfrutar e aqueles que deveriam apenas servir/produzir, representando Nia como alguém serviço de outrem. Além disso, referenciar “*terreiro*” e “*pagode*” como lugares supostamente destinados a ela em contraste com o show de rock operacionaliza a restrição de papéis e lugares sociais da pessoa negra, fixando-a em estereótipos musicais, estéticos e culturais considerados pejorativos pelo grupo, sugerindo a atribuição de menor importância a religiões de matriz africana e à música popular. Tais considerações da pessoa negra consistem num movimento próprio do racismo que restringe a consideração de sua humanidade e justifica impedimentos concretos no acesso a diferentes espaços: o shopping, o elevador, o táxi, o show, o exercício da medicina que não convêm ao corpo/sujeito estigmatizado.

Situações como o tratamento de Anele como empregada doméstica no edifício onde reside e a referência a limpar o chão no preconceito vivido por Nia podem também ser relacionadas à objetificação que atua muitas vezes como instrumento de desqualificação, pois a objetificação do corpo, enquanto elemento de preconceito e discriminação, não se refere apenas à sexualidade, mas implica fundamentalmente sua consideração enquanto “corpo-para-o-outro” (Bourdieu, 2012) ou seja, um corpo/indivíduo que não existe em função de si mesmo, mas em função das necessidades, desejos e imperativos de terceiros. Nesse sentido, o

corpo objetificado pode ser destinado à atividade sexual, à atividade laboral ou a qualquer atividade que o coloque a serviço de outrem.

A associação à criminalidade foi apontada em duas situações em que pessoas negras se encontravam diante de indivíduos que exerciam papel de segurança pública ou privada. Akilah relata que, por ser negra e viver na favela, costuma ser “*seguida por seguranças em lojas*” enquanto Ayana relata que sua equipe, composta por pessoas negras, foi parada pela polícia numa viagem, comentando que “*foi um ato de racismo (...) pessoas brancas passaram direto, sem que eles as parassem. Não eram ‘pessoas suspeitas’*”.

Para Souza (1990), a atribuição de características pejorativas aos negros, como por exemplo a periculosidade, visa justificar a espoliação social por eles vivenciada e estreitar seu espaço de participação social, como se faz perceptível na experiência de ser “*seguida por seguranças em lojas*”. Diversas representações pejorativas compõem um imaginário social da pessoa negra como criminoso, que segundo Almeida (2018) é sustentado pelos mecanismos sociais de criminalização e controle (especialmente racial) da pobreza, bem como pela chamada guerra às drogas e pela existência de um sistema de justiça profundamente seletivo. A manutenção de tal estrutura favorece a ocorrência de enquadre policial direcionado a pessoas negras mais frequentemente do que a pessoas brancas, como no relato de Ayana, o que por sua vez resulta em um sistema prisional com população carcerária majoritariamente negra e pobre.

Cabe ressaltar que enquanto foram analisados 14 depoimentos de mulheres negras, sendo uma delas transexual com alteração corporal ainda jovem, houve apenas três depoimentos de homens negros, sendo um deles cadeirante. Assim, embora na literatura se apresentem estereótipos de criminalidade ligados a homens negros (Barros, 2006; Paiva,

2015), na presente pesquisa a aparição exclusiva de mulheres negras associadas ao estereótipo de criminalidade é explicável em parte pelo fato de elas serem alvo não apenas do racismo, mas também do preconceito de gênero. Além disso, a baixa associação entre criminalidade e pessoas com deficiência pode auxiliar a compreender a ausência de relatos de homens negros associados a estereótipos de criminalidade.

A animalização foi encontrada nos depoimentos articulando-se às oposições entre “irracionalidade” e “primitivismo” dirigidos aos negros em contraposição à “racionalidade” e “refinamento”, supostamente atributos dos brancos. Tais representações de pessoas negras em termos de animalidade, em detrimento e oposição à sua humanidade, obscurecem condicionantes históricos de produção dos lugares sociais (Souza, 1990). O processo de animalização combina diversas desvalorizações – estética, moral e de capacidade – que colocam pessoas negras como inferiores. Nota-se tal processo em relatos como o de Gimbya, estudante atleta que durante um jogo ouviu de um grupo de garotos insultos como “*puta*’, *piranha*’ e *feia*” além de afirmações de que ela “*não jogava bem*” e gritos de “*macaco não vai jogar aqui, não*”. Tais elementos aparecem também no relato de Akilah, que foi alvo de comentários racistas ao ser escolhida para participar de um concurso de beleza virtual como representante do curso de medicina: “*Li coisas do tipo: “Como assim essa preta tá fazendo Medicina?”* ou “*Você vota na negra mas não alimenta macaco no zoológico*”. Amara, por sua vez, relata uma vivência da infância quando, apaixonada por um “*garoto branco, de cabelos loiros esvoaçantes*”, enviou-lhe uma carta que foi “*recebida com desprezo*” uma vez que ela, criança negra e gorda, ouviu “*um xingamento: macaca*”.

A animalização presente em tais relatos, segundo Almeida (2018), “é uma tônica muito comum do racismo e, portanto, do processo de desumanização” (p.23) ao qual pessoas

negras são constantemente submetidas em nosso sistema social. Ela desvela uma relação de dominação que se expressa a partir de um “insulto em ato”, podendo ser relacionada à experiência de humilhação social que, como retratada por Gonçalves Filho (2007/1998), apresenta um caráter de rebaixamento do outro, atingindo sua dignidade e, fundamentalmente, sua humanidade. Nessa perspectiva, a animalização pode constituir-se como uma experiência traumática para o humilhado a partir da negação do seu reconhecimento perante o outro.

Alguns relatos revelam ainda a associação de pessoas negras à falta de inteligência ou capacidade. Akilah relata o questionamento de seu desempenho como estudante: “*Eu e uma menina branca fomos as únicas a gabaritar a prova (...) Alguns colegas ficaram surpresos. Disseram que ‘escondi o jogo’(...) por que tanta surpresa com o meu desempenho e não com o dela?*”. A surpresa com o desempenho acadêmico da estudante ancora-se na percepção de menor capacidade intelectual e cognitiva de pessoas negras. Por muitos anos, tal compreensão foi defendida através do racismo científico que buscava justificar por meio da biologia as diferenças sociais e a hierarquia racial que privilegiam brancos em detrimento de negros, como se revela nas obras de Nina Rodrigues e Oliveira Vianna (Maia & Zamora, 2018).

No contexto de articulação entre a objetificação de gênero, a objetificação racial e a animalização via negação da beleza e da capacidade, o relato de Hadiya é paradigmático. Ao narrar uma vivência simultânea de objetificação e preterimento em uma seletiva de emprego, revela implicações concretas do preconceito na vida das pessoas.

Alguns anos atrás, participei de uma seleção para ser professora universitária, em uma universidade de origem alemã. Foi um processo seletivo muito competitivo, com inúmeras fases. No final do processo,

restaram duas candidatas: eu e uma moça com padrão europeu, loira de olhos azuis.

Houve, então, uma reunião entre nós e os recrutadores. Na ocasião, um deles comentou que eu era do Rio, e me perguntou em que escola de samba eu saía no Carnaval, acrescentando: “com esse corpo e essa cor, você deve sair em escola de samba”.

Eu respondi que gostava de Carnaval, mas não de escola de samba. Disse ainda que não achava que aquela informação fosse relevante para o processo. Houve um imediato constrangimento na sala.

Logo em seguida, a gerente de Recursos Humanos disse que, após analisar o conjunto de aptidões, a outra candidata preenchia melhor o perfil que a universidade procurava. Fiquei surpresa, porque a moça não falava alemão, e esse era um pré-requisito.

Questionei: “gostaria que vocês fossem mais claros sobre o perfil que desejam, até porque o requisito era falar alemão”. A gerente respondeu: “a outra candidata se encaixa melhor no perfil da universidade, em termos de fenótipo, tipo físico”.

Fiquei tão traumatizada com isso que nunca mais consegui falar alemão. Mas, naquela ocasião, decidi que não participaria mais de seleções, pois criaria minha própria empresa.

Abri meu escritório de advocacia, focado na defesa dos direitos humanos. Atendemos demandas de discriminação e racismo, além de casos de violência de gênero com recorte étnico racial, assim como questões LGBT e de tráfico de pessoas.

A experiência na universidade me marcou na medida em que me fez sentir na própria pele os efeitos do racismo. Aquela situação não foi apenas um combustível para o meu ativismo, mas também deu respaldo e fundamento para minha atuação profissional. Consigo ter uma empatia maior com as vítimas, entendendo que o racismo por vezes não é declarado, como foi no meu caso. Ele é subjetivo, implícito, e ocorre também na esfera institucional.

Da mesma forma que o racismo pode ser aprendido, ele pode ser desaprendido. Podemos reaprender outras formas de nos relacionar na sociedade que independam da hierarquização de gênero e da cor da pele.

Na sequência de acontecimentos relatados por Hadiya, podemos encontrar tanto a objetificação de gênero que destitui a mulher da ocupação de espaços que não sejam associados à serventia sexual quanto a objetificação racial que, ao inferir superpotência sexual, associa a depoente ao estereótipo da “mulata exportação”, isto é, mulher negra hiperssexualizada, símbolo do carnaval e frequentemente resumida ao seu corpo, mecanismo que destitui a humanidade da pessoa negra. Tal estereótipo, ao operar a animalização da mulher negra pela referência à mula, a desumaniza e nega quaisquer aptidões que ela possa possuir, além de indicar, a partir do complemento “exportação” uma qualificação ligada à prostituição e ao tráfico internacional de mulheres. Nesse sentido, remete a uma animalização que parece permissiva a uma espécie de “tráfico negreiro contemporâneo”. Nessa perspectiva, é possível encontrar os ecos da objetificação sexual das mulheres negras que remetem ao período escravocrata.

Há ainda no relato um movimento que associa negritude, feiúra e subalternidade como forma de retirar elementos de sua humanidade, quando seu "*fenótipo*" não é considerado adequado. Nesse processo, a capacidade e qualificação de Hadiya também são sumariamente ignoradas, operando a oposição entre "irracionalidade" negra e "refinamento" branco e culminando na perda de uma oportunidade real de trabalho, que reproduz o racismo estrutural. Hadiya mostra ainda, como a situação a levou a um processo de percepção clara das consequências concretas do preconceito e de mobilização social contra diversas discriminações.

Acerca das reverberações do racismo no âmbito profissional, Almeida (2018) comenta que a "boa aparência" exigida no mercado de trabalho é vinculada a atributos físicos caucasianos, impondo uma restrição aos negros. Nessa direção, Gonzalez (1984) declara que para pessoas negras "Não adianta serem 'educadas' ou estarem 'bem vestidas', pois ainda assim não se encaixariam em uma 'categoria branca'" (p.230). Assim, a experiência de preterimento na vivência profissional de Hadiya pode ser compreendida como fruto do entrecruzamento entre uma "aparência" rejeitada e capacidade ignorada por sua associação à subalternidade negra e um "corpo" associado à objetificação sexual feminina.

Em relação ao preconceito contra pessoas LGBTQPIA+ os relatos mostram estereótipos ligados ao desvio, à vitimização e à culpa de caráter moral. Na conotação de desvio ou defeito, Mara relata: "*dentro de casa que me senti subjugada por ser mulher e lésbica. O ideal era que eu casasse com homem*". O relato revela uma ruptura com um "ideal de mulher", uma vez que a condição feminina é associada a elementos como o casamento e a maternidade e a lesbianidade frustra, em algum grau, as expectativas familiares e/ou sociais construídas a partir desse imaginário. Junto a isso, aparece o menosprezo em relação a

orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes, sustentado pela superioridade das relações heterossexuais defendida na sociedade heteronormativa. Este processo se desenrola no próprio ambiente familiar da depoente, no qual a homossexualidade representa um desvio do “*ideal*” heterossexual, culminando na sua vivência de subjugação. Silva, Bezerra e Queiroz (2015) afirmam que a própria família pode representar o “primeiro grupo de sociabilidade produtor de exclusão” (p.368) de pessoas LGBTQPIA+, o que pode ocasionar a ruptura de laços afetivos e favorecer a estigmatização.

O relato da estudante Hanna, por sua vez, revela uma associação entre homossexualidade e “gosto pela vitimização”, culpabilizando o próprio alvo do preconceito. Na escola, “*ouvia o tempo todo que além de preta e pobre, eu tinha ‘escolhido’ ser sapatão porque estava procurando mais uma opressão para chamar de minha*”. Aqui, junto ao racismo, a inferioridade atribuída à homossexualidade aparece em ambiente escolar, associado a um elemento importante: a ideia da orientação sexual como uma escolha, apontando para o tipo de estigmatização que Goffman (2004) denomina culpa de caráter moral, em que a situação ou característica estigmatizada é percebida como erro moral cometido propositalmente pelo estigmatizado e denotativo de um caráter negativo. Ao tratar da temática da orientação sexual, Figueiró (2007) afirma que não se trata de uma questão de opção e sim de sentimento, uma vez que a paixão e o desejo por uma pessoa do mesmo sexo se estabelecem independentemente da vontade.

A autora destaca ainda dois elementos que corroboram tal posicionamento: o fato de pessoas LGBTQPIA+ experimentarem “opressão, desprezo, desamor e incompreensão” em diferentes sociedades e, portanto, serem socialmente desfavorecidas com tal “escolha”; e o fato de que pessoas LGBTQPIA+ muitas vezes lutam contra a sua sexualidade, uma vez que o

modelo heteronormativo é socialmente tido como o ideal. Diante disso, muitos LGBT's temem a perda de vínculos afetivos, podendo, inclusive, considerar o suicídio. Nesse sentido, a culpabilização desses sujeitos por sua suposta "escolha", sinalizando-os como vitimistas como na experiência de Hanna, reduz a amplitude da questão e individualiza um problema social, na medida em que obscurece a operação social de culpabilização moral como forma de estigmatização.

No depoimento de Chad a ideia de desvio remetida à homossexualidade também se associou ao racismo a partir de ideias de subalternidade e/ou feiúra da pessoa negra: "*Cansei de ouvir coisas homofóbicas na escola, de ouvir 'além de viado é preto'. Nunca me senti acolhido*".

Seu depoimento, como o de Hanna, revela a dificuldade de pertencimento social de sujeitos duplamente marcados por estigmas ligados à raça e à sexualidade, em particular no ambiente escolar. No que tange à sexualidade dissidente, Silva, Bezerra e Queiroz (2015) apontam que a escola pode representar um ambiente hostil, onde se desenrolam agressões físicas e verbais e, muitas vezes, onde não é possível permanecer em decorrência do preconceito e da discriminação, que se expressam inclusive nas normas da própria instituição educativa. Por sua vez, a ruptura com os ambientes educativos além de afetar a experiência de socialização, repercute em outras dimensões da vida de pessoas LGBTQPIA+ reverberando, por exemplo, no mercado de trabalho e, conseqüentemente, determinando as condições de subsistência desses sujeitos. Assim também, o racismo permeia as instituições e suas práticas, se expressando nos ambientes educativos de diferentes maneiras, seja pela falta de representatividade e abordagem da cultura negra (Almeida, 2018), seja pela subjugação da capacidade ou discriminações diretas. Tal entrecruzamento resulta na sensação de não se

“*sentir acolhido*” relatada por Chad, uma experiência de não pertencimento, sendo seu oposto uma experiência fundamental para o bem-estar social e emocional de todo indivíduo.

Em relação ao preconceito etário, os relatos encontrados descrevem as vivências de homens LGBTQPIA+, havendo, portanto, um entrecruzamento entre homofobia e ageísmo. Tais relatos são marcados por associações da velhice à falta de beleza e/ou capacidade, como expressa Arthur que já foi “*ofendido com frases como 'bicha velha', 'o que essa gay velha quer aqui?', 'chegou o decano do movimento gay do ABC'*” e Bernardo, que relata ter sido “*chamado de maricona gagá dentro do movimento*”.

O envelhecimento desvela um corpo que já não corresponde às exigências sociais de beleza, juventude, agilidade e produtividade. Assim também o homossexual representa a contraposição, a ruptura com um ideal de homem que se compõe a partir da virilidade e da heterossexualidade. Nos depoimentos acima, o termo gagá remete à perda da capacidade intelectual e a um definhamento físico que se associa à velhice. Os termos “bicha” e “maricona” remetem pejorativamente ao homossexual considerado efeminado, o que explicita um componente machista da consideração do que é feminino (ou próximo dele) como inferior. A conjunção de tais elementos operacionaliza a humilhação social a partir do insulto em ato e revela a múltipla rejeição vivida por esse sujeito: sua estética, sua capacidade física e intelectual e sua sexualidade são considerados insuficientes ou inadequados para a convivência social. Tais representações negativas em relação ao idoso LGBTQPIA+ podem reverberar nas vítimas como uma dificuldade de aceitação de si e medo do futuro, favorecendo a experiência de solidão durante a velhice (Santos, Araújo & Negreiros, 2018).

É importante destacar, todavia, que as discriminações mencionadas ocorreram “*dentro do movimento*” LGBTQPIA+, expondo a reprodução de preconceitos e violências pelo

próprio grupo discriminado. Acerca disso, Santos, Araújo & Negreiros (2018) apontam que a reprodução de preconceitos pela própria comunidade LGBTQPIA+ pode relacionar-se a uma introjeção de estereótipos negativos e estigmas socialmente construídos, especialmente em relação a pessoas idosas, uma vez que existe na comunidade LGBTQPIA+ uma valorização de elementos como a juventude, beleza, agilidade e esperteza, padrões aos quais os idosos LGBTQPIA+ podem não se adequar plenamente.

Para além da rejeição da velhice, Saraiva, Santos e Pereira (2020) reconhecem em seu estudo uma espécie de rejeição aos homossexuais efeminados dentro do universo LGBTQPIA+, sendo estes considerados menos atrativos do que aqueles que esboçam atributos considerados mais expressivos de virilidade. No contexto de tais percepções inferiorizantes de homossexuais efeminados, encontra-se a tentativa de manter intacto um ideal de masculinidade hegemônico, que opera o distanciamento em relação a estes sujeitos. Tal distanciamento consiste numa tentativa de distanciar-se da desqualificação associada tanto à mulher quanto à homossexualidade. Diante de tais rejeições, a passabilidade, isto é, ter a possibilidade de ser reconhecido como uma pessoa cis e/ou heterossexual, pode ser intensamente desejada pelos estigmatizados, uma vez que uma maior proximidade do “tipo ideal” de homem (nesse caso) possibilita maior aceitação social, maior acesso a direitos individuais e reduz as situações de violência (Pontes & Silva, 2018).

Vale pontuar que, em contrapartida à negatização da velhice LGBTQPIA+ explicitada, termos como “*daddy*” (palavra inglesa cuja tradução aproximada seria paizinho) e “*coroa*” podem ser utilizados a fim de valorizar eroticamente o homossexual mais velho, o que revela, portanto, que a velhice LGBTQPIA+ pode também ser eventualmente desassociada de representações depreciativas, adquirindo caráter positivo (Henning, 2013).

A LGBTfobia articulou-se também ao machismo cruzando a ideia das homossexualidades como desvios à objetificação do corpo feminino como no relato de Isis que foi *“assediada por um chefe que insistia em, além de me beijar, questionar minha escolha de amar mulheres”* e no relato de Laura em que *“Três rapazes mexeram comigo, achando que eu era uma mulher cis. Mas, quando eles perceberam que era trans, me agrediram, me arrastaram por cerca de 100 metros no asfalto pelo cabelo e levaram a minha bolsa com todos os pertences”*.

Borrillo (2010) afirma que o preconceito contra as sexualidades e identidades dissidentes descreve tais sujeitos como “criaturas grotescas, objetos de escárnio”, se materializando nos discursos cotidianos, ofensas, piadas e representações caricatas acerca destes. Segundo ele, tal preconceito, assim como outras formas de rebaixamento, “consiste sempre em desumanizar o outro, em torná-lo inexoravelmente diferente” (p. 35). O aprofundamento dessa consideração do outro como aberração, como inferior ou grotesco fomenta diversas formas de violência. Isso é bem ilustrado nestes relatos em que a figura masculina, se colocando em posição de poder, opera a dominação do corpo feminino e LGBTQPIA+ de maneira corretiva, uma vez que estes são percebidos simultaneamente como objetos e como desvios. Fundamentalmente, tal postura machista visa se apossar do “corpo-objeto” a fim de colocá-lo a serviço de seu gozo.

Em particular, na situação vivida por Laura a objetificação operada a posiciona como um corpo disponível até que sua identidade transexual se revela. Neste momento, o corpo antes “digno de desejo” passa a ser alvo de desprezo e assim a LGBTfobia se materializa em agressões. Esse tipo de ocorrência não representa uma exceção, uma vez que as estatísticas nacionais revelam que a expectativa de vida de pessoas *trans* é de aproximadamente 35 anos,

sendo o Brasil marcado por recorrentes violências contra essa população (Almeida & Vasconcellos, 2018). A violência perpetrada contra Laura representa a negação de sua identidade e humanidade. Ela consiste em uma tentativa extrema de eliminação do outro e revela a negação fundamental da sua existência não apenas social, mas biológica. Nesse sentido, a vivência de preconceitos múltiplos pode tomar contornos extremamente violentos e opressivos, prejudicando não somente as relações interpessoais dos sujeitos alvo, mas afetando profundamente sua integridade física e psicológica.

O capacitismo apareceu marcado pelo estereótipo de incapacidade e dependência e articulado ao racismo, no relato de Kito, um homem negro: *“Aos 30 (...) Fiquei paraplégico (...) Uma vez, a roda dianteira de minha cadeira encaixou em um buraco (...) Ao pedir ajuda a um senhor, ele me respondeu rispidamente: 'Não tenho trocado, não, amigo'. Fiz questão de demonstrar que (...) apenas precisava de ajuda. Ele ficou sem graça pela gafe e me ajudou.”*

Neste relato explicitam-se as ideias de incapacidade e dependência ligadas à deficiência e simultaneamente a associação da negritude a lugares subalternos e à pobreza, o que resulta na identificação de Kito como alguém em situação de mendicância. Se considerarmos, a partir de Goffman (2004), a identidade social virtual como o modo como um indivíduo é percebido a partir das expectativas sociais geradas em relação a ele, a identidade social virtual de Kito é atravessada pela deficiência e pela negritude que, enquanto atributos imediatamente evidentes e cujas expectativas sociais foram historicamente negativizadas, se sobrepõem ao próprio pedido de Kito ou mesmo à observação mais cuidadosa de qualquer outra característica que não seja automaticamente referida ao caráter pejorativo atribuído à negritude e à deficiência.

A partir destes estereótipos, o senhor dirige-se a Kito como alguém abaixo dele, em posição inferior, operando o rebaixamento, elemento característico da humilhação social que fere a dignidade do estigmatizado. Esse processo leva a uma articulação de uma leitura social imediatista e negativa, traduzida na imagem da mendicância. Quando Kito reivindica uma escuta para sua real condição ou, nas palavras de Goffman, sua identidade social real, as barreiras arquitetônicas e a própria barreira atitudinal do interpelado evidenciam a exclusão social deliberada, instalando o constrangimento. A desconsideração da pessoa com deficiência enquanto ser múltiplo e potente constitui um processo de desumanização que invisibiliza diversos aspectos de sua existência. Associada à condição de negritude, destitui o sujeito de capacidade de auto-sustentação e pertencimento social. Nesse processo, aprisionadas pelas percepções imediatas e estereotipadas, muitas pessoas reproduzem atitudes marginalizadoras mingando as possibilidades de socialização, acesso e, fundamentalmente, cidadania do sujeito estigmatizado.

No que tange ao preconceito contra pessoas gordas, evidenciam-se elementos como a associação à feiúra e à indesejabilidade, sendo importante destacar a sua articulação ao racismo e ao machismo, como no relato de Amara que *“sendo a única garota no meu grupo de amigas a não ter um (...) pretendente (...) sempre soube o motivo para a exclusão: Porque eu era gorda e negra”* ou na fala de Anele que relembra: *“a maior parte dos meus colegas eram brancos e (...) todos os meninos (...) só queriam ser meus amigos mesmo, apesar de todas as outras meninas branquinhas magrinhas já terem um namoradinho aqui, outro ali. (...) via que os caras com quem ficava (escondido), sempre apareciam (em público) com uma mulher branca e magra (ou gostosa, de acordo com a sociedade)”*. Já Nia teve *“de ouvir de um amigo que um (...) amigo dele, não quis namorar comigo, embora tivesse me achado muito legal, porque sou gorda”*. O fato de tais relatos serem provenientes de mulheres

pode ser explicado pelas intensas exigências estéticas que atingem o gênero feminino de modo mais contundente.

A atual valorização social da magreza associa a gordura à “falência moral”, fazendo com que a pessoa gorda seja percebida como aquela que carrega algum atributo “pejorativo”, o que lhe coloca num lugar de discriminação e exclusão (Vasconcelos, Sudo & Sudo, 2004). Por sua vez, o repúdio à gordura favorece a associação de mulheres gordas a estereótipos de pouca vaidade, pouca feminilidade e pouca atratividade, sendo estas mulheres consideradas “feias” e “desleixadas”, muitas vezes, “animalizadas ou coisificadas” por meio de comparações com animais grandes e pesados (Betti, 2014). Desse modo, segundo esta autora, mulheres gordas podem ser “alvos de discursos que as desumanizam e que as discriminam de maneira cruel e humilhante” (p.152), além de frequentemente experimentarem rejeição ou desvalorização afetivo-sexual por parte de homens que se negam ou demoram a tornar a relação pública temendo a reação de terceiros.

Os relatos encontrados parecem corroborar estes apontamentos, revelando que a não adequação de tais mulheres ao padrão estético socialmente valorizado, a saber a magreza, as desqualifica para a experiência afetiva, especialmente a afetividade pública, culminando na experiência de rejeição. Considerando a estrutura social machista, vale destacar a existência de um dispositivo amoroso que condiciona os processos de subjetivação do feminino, instituindo uma centralidade da afetividade romântica. Esse processo constrói mulheres que vivem em função de terceiros, aprisionando-as em um entendimento do relacionamento amoroso como uma razão de ser e de viver (Zanello, Fiuza & Costa, 2015).

Assim, nos relatos de rejeição amorosa, observa-se o entrecruzamento entre gordofobia e machismo. Numa primeira dimensão, a exigência do padrão estético magro

articula-se à construção social dos padrões da dominação de gênero, que associam magreza e fragilidade na definição do feminino (Goldenberg, 2005). Numa segunda dimensão, a rejeição ao corpo gordo, em sua associação à ideia de desleixo ou falência moral, se articula à interdição da experiência amorosa que, diante das exigências sociais em torno do relacionamento, pode ser vivida como falência na própria subjetivação.

Tais experiências de rejeição vividas pelas depoentes gordas, determinadas por imperativos machistas e ligados ao padrão corporal lipofóbico, foi ainda potencializada pela condição de negritude: todas as depoentes que relataram experiências de rejeição amorosa determinadas pelo corpo eram também negras. As vivências relatadas se articulam, portanto, a elementos característicos da experiência afetiva da mulher negra que, segundo Ribeiro (2018), tem como um de seus marcadores a objetificação, sendo ela percebida como aquela que “não é humana (...) a que só serve para sexo e não se apresenta à família” (p. 120). Outro elemento significativo a ser pontuado reside no fato de que a gordura, ao deixar de ser associada a uma elite social passa a ser associada a maus hábitos alimentares, sedentarismo e à pobreza. Assim, é possível que o “ser gorda” intensifique uma associação já existente entre negritude e pobreza, sujeitando essas mulheres a uma rejeição mais intensa. Nesse sentido, os relatos explicitam a conjunção de fatores machistas, gordofóbicos e racistas que oprimem triplamente essas mulheres, privando-lhes dos sentimentos de pertencimento, aceitação e potencialmente nublando suas ideias de autovalor.

A ideia de feiúra e/ou indesejabilidade de pessoas gordas aparece também associada à objetificação do corpo negro e se manifesta no relato de Amara, uma mulher negra e gorda que teve seu primeiro beijo já adulta: “*só porque o rapaz estava completamente embriagado assim como eu. (...) tive a coragem de perguntar se ele queria repetir (...) e ele respondeu:*

Não, muito obrigado. E na outra festa lá estava o mesmo rapaz, no mesmo estágio de embriaguez me rodeando novamente. (...) Eu não tenho direito nem a um beijo sóbria que dirá à uma relação assumida e monogâmica, à um casamento”. Ela afirma que “A rejeição é uma das minhas companheiras desde sempre” e acrescenta: “Só servimos para momentos não sóbrios, para que mais tarde quando debochados por terem ficado com uma negra gorda culparem o álcool”.

Como aponta Nogueira (1998) há uma trama de significações que atribui um caráter do indesejável ao corpo negro. Assim, em nossa sociedade, pessoas negras passam pela experiência social cotidiana de perceber que “sua aparência põe em risco sua imagem de integridade” (p.47). Também pessoas gordas são pejorativamente percebidas, sendo consideradas feias e desleixadas. No relato acima, a repulsa pelos corpos negros e/ou gordos que fogem ao padrão estético magro e branco articula-se à objetificação desses mesmos corpos. Tais elementos desvelam os traços de uma afetividade racista e gordofóbica que posiciona os sujeitos como corpos-objetos disponíveis e simultaneamente insignificantes para o outro. Esses movimentos relacionais podem estar ainda articulados à percepção do outro em termos de animalidade, processo que, ao associar sujeitos negros e/ou gordos a animais, destitui a consideração de sua humanidade (Almeida, 2018), operacionalizando o rebaixamento e a rejeição característicos da humilhação social.

É nesse contexto que podemos compreender o relato da depoente Amara, que revela o registro psicológico de que só se pode ser querido e desejado se o outro tiver suas percepções nubladas por algum elemento externo, como o álcool. Assim, a partir de tais significações pejorativas e das rejeições consequentes, os sujeitos estigmatizados podem experimentar diferentes processos de ruptura do laço social que geram um profundo sentimento de solidão.

Novamente, esses movimentos definem o que cabe ou não a determinados sujeitos, do que eles podem ou não desfrutar e escancaram a restrição afetivo-relacional a eles imposta.

Outros relatos permitem verificar ainda novos cruzamentos entre estereótipos pejorativos ligados ao racismo e ao machismo como, por exemplo, a negação da capacidade ligada ao gênero associada à negação da capacidade ligada à raça, que se expressa no relato de Anele que, estando em um bar da Noruega com uma amiga, foi abordada por um homem português que assumiu que elas eram novas na cidade e “já foi (...) dizendo que a melhor forma de começar a arrumar emprego era aplicar para as firmas de limpeza”, sendo que ela era “gerente tributária na área de óleo e gás” e sua amiga trabalhava “numa firma de consultoria”.

A associação da mulher a tarefas voltadas ao cuidado/doméstico e associação da negritude a posições servis, junto à percepção frequente de que mulheres e pessoas negras não estão aptas para posições de poder podem ter sido os motivadores da leitura social feita pelo estrangeiro, que desqualifica as duas mulheres negras. Tal associação entre machismo e racismo opera a referência à servidão a partir do estereótipo da “mãe preta”, que liga a mulher negra à imagem da cuidadora, da cozinheira (Gonzalez, 1984) ou, como apareceu anteriormente em um dos relatos analisados, da “faxineira/empregada”. É interessante notar que isso se dá em um contexto de socialização e lazer (um bar), muito provavelmente longe de elementos concretos que remetessem as mulheres a tarefas relacionadas à limpeza. Em conexão com os apontamentos sobre afetividade tecidos anteriormente, vale pontuar que a consideração das jovens mulheres a partir de estereótipos racistas como o da “mãe preta” restringe não apenas sua experiência profissional, mas pode também desqualificá-las para a experiência afetiva.

Preconceitos múltiplos e seus impactos na subjetividade

No que se refere aos efeitos dos preconceitos na subjetividade, é possível verificar nos relatos a existência de vivências de medo, frustração, tristeza, rejeição e impotência. As situações longamente vividas como golpes à subjetividade podem ser potencialmente traumáticas, já que a desumanização constante obscurece a possibilidade de interpretação clara dos condicionantes do rebaixamento e das possibilidades de resistência. Nesse sentido, a tentativa de preservação da própria integridade subjetiva pode criar um estado de constante alerta e hipervigilância ou a necessidade de distanciamento dos ambientes/contextos onde a vivência de situações preconceituosas é comum. Vejamos alguns depoimentos de mulheres negras:

Aziza, violentada sexual e fisicamente pelo marido e submetida a suas práticas racistas, afirma: *“Eu tinha pavor dele. Eu vivia 24 horas em terror”*. Já Gimbya, objetificada e animalizada a partir de ofensas machistas e racistas durante um jogo, desabafa: *“Mexeu muito comigo, comecei a chorar. É muito frustrante”*. Hadiya, objetificada e rejeitada por ser mulher negra em um processo seletivo, relata: *“Fiquei tão traumatizada com isso, que nunca mais consegui falar alemão”*. A estudante Hanna, discriminada na escola por ser negra e lésbica, revela: *“Cheguei a fazer um calendário de quanto tempo faltava para acabar o Ensino Médio, porque não aguentava mais ver aquelas pessoas”*. Kianga, jovem trans discriminada em ambiente universitário por sua identidade racial e de gênero afirma: *“Se eu não me afastasse, ia enlouquecer”*. A atriz Jamila, por sua vez, comenta a experiência de ser discriminada virtualmente por ser negra e gorda: *“(…) isso é muito triste. Não entendi por que tanto ódio (...) ouvir tudo isso de um ser humano é horrível, é muito triste”*.

Tais depoimentos corroboram os apontamentos de Silva (2004) de que as vítimas do racismo experimentam uma tensão emocional permanente junto a sentimentos de angústia, ansiedade e depressão que podem ser decorrentes de experiências frequentes de humilhação. Além disso, o comprometimento do senso de identidade, a desvalorização da auto-imagem e sentimentos de inferioridade podem emergir da interiorização do tipo ideal e dos estereótipos pejorativos disseminados socialmente. Também expostas à opressão imposta pelo machismo, as mulheres negras podem experimentar outros prejuízos em sua sociabilidade, estando vulneráveis a situações de questionamento ou menosprezo de sua capacidade, silenciamentos, pressão estética, assédio e outras formas de violência (Minayo, 2006). Há, ainda, o menosprezo a pessoas *trans* que, ao negar o reconhecimento e respeito à sua identidade, fere sua dignidade, potencializando o sofrimento. Frente ao potencial adoecedor da estigmatização, Kiangá percebe o distanciamento da universidade como uma estratégia de autopreservação, uma tentativa de não “*enlouquecer*”. Experiências violentas como as narradas são capazes de afetar o bem-estar e a autoestima daqueles que as vivenciam, despertando sentimentos de vergonha, medo e insegurança, entre outros prejuízos emocionais.

A articulação entre esses preconceitos opera novamente a objetificação e opressão do corpo: o corpo a serviço do marido, o corpo como uma justificativa para negar a capacidade intelectual (como o conhecimento de alemão), o corpo rejeitado pelo afastamento do padrão de beleza magro, o corpo desprezado por não se adequar ao padrão cisgênero e heterossexual, elementos que representam o aprisionamento do eu a um corpo que se torna limitante para o reconhecimento político da dignidade. A conjunção de tais elementos restringe aos estigmatizados as possibilidades de ação no mundo, e é no sentido da percepção desta limitação que várias depoentes chegam a agir contra o próprio corpo.

Nesse sentido, aspectos como a rejeição dos próprios atributos físicos aparece especialmente em depoimentos que convergem gênero e raça, por vezes acompanhados de elementos que revelam o desprezo ao corpo gordo:

“Eu era pequena e pensava: 'Eu vou tirar essa coisa preta de mim'. E era minha pele. Cheguei a me pintar de tinta, dessas tintas de pintar casa, para ver se eu ficava branca. Fui parar no hospital” - Layla

“nunca cheguei a ter ‘ódio’ da minha cor por não ter encontrado um parceiro até certo ponto da minha vida. Mas durante toda minha vida (...) tentei todas as dietas possíveis e imagináveis (só não tentei cirurgia porque tenho medo), mas já tomei todas as anfetaminas, sibutraminas (...) para conseguir ficar com o corpo aceito. Sobre a cor da minha pele, bem não tinha muito o que fazer, mas deixar o cabelo ‘bom’ era sempre uma odisséia” - Anele

“Desde criança, alisava os fios. Hoje, percebo que fazia isso porque queria me enquadrar” - Akilah

“Quantas vezes eu não passei o dia me imaginando um pouco mais clara, com um cabelo liso até a cintura e magra” - Amara

Verifica-se que depoimentos voltados à rejeição de características pessoais estão especialmente ligados ao gênero feminino e sua afetação pelo racismo e pela gordofobia. No que se refere ao racismo, Gonzalez (1984) afirma que, imersa em uma cultura em que a “ideologia do branqueamento” impera, a pessoa negra inaugura uma relação persecutória com seu próprio corpo, podendo nutrir um desejo de embranquecer-se, o que para Souza (1990) remete a uma espécie de desejo pela própria extinção. Somado a esse padrão racial europeu,

encontra-se o padrão estético lipofóbico que alça o corpo magro e jovem ao status de ideal a ser alcançado e celebrado como símbolo de beleza (Betti, 2014).

Nesse cenário, a constante insatisfação com o próprio corpo fomentada pelo padrão de beleza movimentou um vasto mercado de produtos e serviços estéticos que prometem eliminar as supostas “imperfeições”, podendo originar maiores fragilidades, uma vez que muitos indivíduos, especialmente as mulheres, se submetem a processos potencialmente nocivos à saúde como dietas restritivas e uso de medicamentos “emagrecedores” (Caetano, 2019), como expresso na vivência de Anele. Dentro desse mercado estético, o Brasil é um dos países que ocupa a liderança no que se refere ao número de cirurgias plásticas realizadas (International Society of Aesthetic Plastic Surgery, 2019). Esses processos rumo ao ideal de beleza podem, todavia, não ser percebidos como assujeitamento e sim como uma escolha individual, uma vez que as normas e padrões sociais acabam sendo naturalizados (Zanello, Fiuza & Costa, 2015).

Percebe-se, então, que a negação dos próprios atributos físicos relatada pelas depoentes é sustentada por uma rejeição social desses mesmos atributos, expressa a partir de padrões normativos e discursos que reiteram a inadequação ou inferioridade do corpo negro e do corpo gordo, sendo profundas as implicações de tais padrões no imaginário que mulheres negras e gordas constroem acerca de si.

Outro impacto relevante sobre a subjetividade consiste na internalização de preconceitos, como no relato de Layla: *“eu tinha ficado de um jeito que eu não gostava de pessoas pretas. Eu achava que todas as pessoas pretas eram ruins. Eu não me aproximava. Eu só queria ser amiga de pessoas brancas e loiras”*.

De acordo com Souza (1990) a brancura se instala na consciência negra atrelada a características positivas como nobreza, sabedoria, beleza, bondade, justiça e verdade, também como representação do progresso, do desenvolvimento, da cultura e se estabelece, por fim, como símbolo da humanidade como um todo. Logo, o negro, tido como o outro do branco, é associado a características opostas às suas, características pejorativas, que o constroem socialmente como alguém inferior. Nesse sentido, é possível compreender que, ao rejeitar quaisquer características relacionadas à negritude, a depoente está, na verdade, em busca do pertencimento e aceitação social, pois, como indica Nogueira (1998, p. 116), “Ser branco é a condição que conteria a possibilidade da não rejeição do olhar do outro e, portanto, a possibilidade de se ver, no outro, reconhecido como igual”.

Complementarmente, Almeida (2018) destaca que o racismo é constantemente reforçado através da cultura, das mídias e da educação a partir dos estereótipos negativos e/ou limitantes acerca da negritude ou mesmo através da invisibilidade e apagamento de grandes personalidades negras. Esse mecanismo ao alimentar noções estereotipadas sobre pessoas negras, pode convencer um indivíduo de que os lugares sociais, as capacidades e características destas sejam realmente aquelas de teor pejorativo amplamente disseminadas. Portanto, ainda que sejam as maiores vítimas do racismo, pessoas negras podem reproduzi-lo em suas práticas individuais.

A aceitação das próprias características é outro aspecto presente nos relatos, representando uma maneira de lidar e ressignificar sentidos construídos a partir das vivências de estigmatização. Este aspecto pode ser notado na fala de duas depoentes negras que afirmam ter deixado de alisar o cabelo. A primeira delas, Akilah, afirma: “*resolvi assumir de vez minha negritude, começando pelo meu cabelo. (...) Não queria mais ser refém de algo que*

não me fazia bem. E foi uma ótima surpresa. (...) Antigamente, me embranquecia. Isso acabou. Tenho orgulho de ser negra”. A segunda, Anele, aponta que buscou “diferentes cabeleireiros, diferentes produtos” para deixar “meu cabelo ‘bom’ o suficiente. Hoje uso ele natural mesmo”. Ela revela ainda ter adotado uma estratégia de enfrentamento em que “tentava não pensar nisso, eu sabia que o preconceito estava ali e criei uma espécie de mecanismo, onde eu só me interessava por pessoas que se interessavam por mim (...) quem não se interessava, eu não pensava se era porque eu era negra ou não, simplesmente ignorava”.

Dois elementos significativos se delineiam nos depoimentos: a aceitação dos atributos físicos conectada ao reconhecimento e orgulho da identidade racial e a ressignificação do valor atribuído ao olhar do outro. O primeiro deles relaciona-se ao processo que Souza (1990) descreve como “tornar-se negro”, que se desenrola a partir do reconhecimento de frequentes golpes contra seu corpo e identidade na experiência social. Tais violências da sociedade racista, por vezes, conseguem nublar as crenças dos sujeitos negros acerca de sua identidade, fazendo com que atravessados pelo olhar do outro, se deixem por seus discursos serem definidos e, até mesmo resumidos. A superação de tal situação possibilita o movimento de apoderar-se de si e de sua identidade racial, o que abre novas possibilidades existenciais para os sujeitos. Para Souza (1990), essa superação se dá através do exercício da autonomia e se torna possível a partir da construção de um discurso sobre si mesmo ancorado na realidade concreta.

Gomes (2003) aponta que este processo de construção da identidade racial negra é de grande complexidade e diverso para cada sujeito que o vivencia. Nesse processo, diferentes elementos e agentes se articulam favorecendo ou não a aceitação e ressignificação positiva da

negritude. Para ela, assumir a identidade negra, ressignificando-a como uma fonte de potência constitui uma via para contrapor as experiências de discriminação, sendo possível a partir de experiências de acesso e pertencimento a diferentes espaços sociais, relacionais e políticos.

A ressignificação e superação das violências que se desenrolam a partir dos preconceitos, todavia, não é alcançada simplesmente a partir da aceitação dos próprios atributos, mas a partir de conquistas sociais que permitam um deslocamento e reconfiguração dos lugares sociais impostos a essas minorias, minimizando em algum grau as experiências de humilhação e violência por elas vividas cotidianamente. Assim, torna-se fundamental pensar ações que avancem nessa direção.

Vale pontuar que, devido à quantidade limitada de depoimentos encontrados acerca do capacitismo e do ageísmo no recorte de preconceitos múltiplos, estas temáticas não figuram nesta seção. Todavia, como observado ao longo deste estudo, tais processos são capazes de impactar as experiências sociais e interpessoais dos sujeitos alvo, negando, assim como as outras formas de preconceito, sua humanidade e ferindo sua dignidade, sendo importante investigá-los mais profundamente.

4. Considerações finais

As análises desenvolvidas revelam que, embora as qualificações e significações pejorativas sejam distintas, algumas estratégias de institucionalização discursiva da desigualdade política se repetem para diferentes formas de preconceito. Entre esses elementos, identifica-se a desqualificação da humanidade do estigmatizado, em processos de consideração pejorativa, limitação do acesso social e simbólico, consideração do estigmatizado como “outro” de uma suposta “normalidade”, objetificação e animalização.

A desqualificação da plena humanidade do estigmatizado, a partir de estratégias e processos preconceituosos que afirmam que ele não tem plena humanidade a ponto de ter direito aos mesmos acessos e espaços sociais que outros, é fato já identificado por Gonçalves Filho, que caracteriza como aspecto da humilhação social a expropriação da experiência de dignidade do humilhado, e também por Goffman (2004), que afirma: “acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida” (p. 8).

No processo de deslegitimação da humanidade do alvo de preconceito, encontramos também a consideração do estigmatizado como o outro do tipo ideal. Numa sociedade androcêntrica, heterocisnormativa, classista, gordofóbica, capacitista e racista, o tipo ideal se torna o homem jovem, branco, magro, heterossexual, cisgênero, de classe alta e sem deficiência, amparado na consideração dos grupos em desigualdade política como “outros”. Simone de Beauvoir discute estratégias de consideração da mulher como o outro do homem – o homem menos alguma coisa – levando a desumanizações que ou a tomam na esfera da divindade, da demonização ou da infantilização. Davis (2016) aborda como a representação social dos negros como “outro” dos brancos não apenas contribuiu para a legitimação social da escravidão como também invisibilizou durante longo tempo o duplo preconceito contra a mulher negra. Várias obras literárias apontam também exemplos de desumanização de estigmatizados a partir da condição de “outro”, como na obra de José de Alencar, em que as mulheres são descritas a partir de uma "perfeição" irreal quase divina e na obra de Euclides da Cunha, na qual se pode notar representações racistas.

A análise permitiu notar ainda que algumas estratégias de desumanização dos estigmatizados podem compor um mesmo campo semântico, embora com significações qualitativamente distintas. É o que se percebe pela objetificação e pela animalização. Aproximar o estigmatizado dos objetos ou dos animais é um modo de reificar e legitimar posições abusivas e é também um elemento recorrente para mais de um tipo de preconceito. A objetificação pode ser encontrada no machismo e no racismo, porém no machismo o corpo feminino é mais frequentemente reduzido a objeto na insinuação de sua serventia sexual a outrem, enquanto na objetificação racista o corpo negro é reduzido a objeto em seu utilitarismo escravocrata.

A animalização aparece no racismo, por exemplo, quando os negros são associados a macacos, mas também na gordofobia, quando pessoas gordas são associadas a animais considerados grandes, sujos e pesados como porcos, baleias e elefantes. Enquanto a associação racista procura caricaturar e falsear uma suposta falta de inteligência, a associação gordofóbica procura caricaturar e falsear uma suposta falta de higiene, no caso dos porcos, ou de delicadeza, no caso das baleias e elefantes. Nela está contida a ideia de que a pessoa é tão grande ou suja que prejudicará o espaço e, portanto, não pode ocupá-lo, o que destitui a pessoa gorda de lugar social.

A restrição do acesso a espaços sociais é também elemento comum a diferentes preconceitos. No racismo esta restrição pode se expressar na consideração de subalternidade da pessoa negra que seria impeditivo para a circulação em determinados ambientes e para o usufruto de bens e serviços. Além de estar contida também na consideração de que determinadas funções não poderiam ser desempenhadas por negros, como o exercício da medicina mencionado por uma das depoentes. Na LGBTfobia as restrições se expressam, por

exemplo, no acesso à saúde e no uso de espaços sociais, como banheiros por pessoas *trans*. No ageísmo as restrições podem ser relacionadas ao preterimento no mercado de trabalho, enquanto no machismo as restrições impostas às mulheres mingam sua representação política e presença em cargos de poder. Em relação à deficiência, a falta de acessibilidade é propulsora das restrições de acesso, seja falta de acessibilidade arquitetônica na circulação urbana, seja falta de acessibilidade linguística quando se trata da comunidade surda e cega, seja falta de acessibilidade tecnológica, processos que excluem, isolam e invisibilizam pessoas com deficiência. As restrições impostas pela gordofobia também podem relacionar-se à acessibilidade, uma vez que catracas, cadeiras, assentos de alguns meios de transporte, macas e aparelhos hospitalares muitas vezes não são adequados para comportar seus corpos, o que promove constrangimentos e compromete o acesso à saúde, ao transporte e a espaços sociais.

Nas situações de preconceitos múltiplos, como é o caso de mulheres negras e gordas, ou pessoas LGBTQPIA+ com deficiência, estes elementos tendem a se articular aumentando a intensidade do rebaixamento em cada uma delas, com repercussões profundas na existência social e subjetiva desses sujeitos.

A análise revela ainda como as experiências de preconceitos múltiplos se estendem por diferentes dimensões da vida dos sujeitos, desde o âmbito afetivo-sexual, até as relações de trabalho, estudo e num nível mais profundo, é capaz de afetar as condições concretas de vida, o próprio corpo e a identidade, provocando a fragilização da relação com o outro, com o mundo social e consigo mesmo. Assim, a experiência de preconceitos múltiplos representa uma violência multidimensional uma vez que priva os sujeitos do respeito e aceitação da sua singularidade, ao mesmo tempo em que limita suas possibilidades de experimentação social

pela rejeição vivenciada em uma maior diversidade de contextos. Diante disso, torna-se essencial pensar sua superação a partir de uma perspectiva ético-política.

A identificação dos modos de operacionalização do rebaixamento e da exclusão social nas experiências cotidianas é muito significativa para a formulação de políticas públicas voltadas a grupos politicamente minoritários. Nesse sentido, o presente trabalho contribuiu para explicitar consequências concretas do preconceito tanto no âmbito da experiência subjetiva quanto no âmbito do acesso e do pertencimento social. Sugere-se, por fim, que futuras investigações possam abordar grupos específicos e conhecer outros aspectos desse problema, tais como as estratégias de enfrentamento e articulação psicossocial e política dos indivíduos, bem como outras metodologias de pesquisa, tais como abordagens quantitativas, grupos e entrevistas, que possam iluminar diferentes aspectos do problema.

5. Referências

- Almeida, C. B., & Vasconcellos, V. A. (2018). Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?. *Revista Direito GV*, 14(2), 303-333. <https://doi.org/10.1590/2317-6172201814>
- Almeida, D. F., Wiggers, I. D., & Jubé, C. N. (2014). Do corpo produtivo ao corpo rascunho: aproximações conceituais a partir de relações entre corpo e tecnologia. *Sociedade e Estado*, 29(3), 963-983. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000300014>
- Almeida, J. B. L. (2019). “Os Outros” do Brasil: Relações entre estereótipos raciais e regionais e preconceito. In E. Cerqueira-Santos, & L. Maia (Orgs.), *Preconceito e Exclusão Social: estudos em psicologia no Brasil* (Cap. 4, pp. 130-178). Teresina: EDUFPI. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/334466040_PRECONCEITO_E_EXCLUSAO_SOCIAL_Estudios_em_Psicologia_no_Brasil
- Almeida, S. L. (2018). *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte: Letramento.
- Almeida, T., & Lourenço, M. (2009). Reflexões: conceitos, estereótipos e mitos acerca da velhice. *Revista Brasileira De Ciências Do Envelhecimento Humano*, 6(2). <https://doi.org/10.5335/rbceh.2012.171>
- Almeida, W. G. (2009). Gênero e deficiência: A exclusão social de mulheres deficientes. II Anais do II Seminário Nacional Gênero e Práticas culturais: Culturas, leituras e representações. João Pessoa, PB, Brasil. Recuperado de <http://itaporanga.net/genero/gt4/13.pdf>

- Amaral, L. A. (1992). *Espelho convexo: o corpo desviante no imaginário coletivo pela voz da literatura infanto-juvenil*. (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. doi:10.11606/T.47.1992.tde-18122013-094209. Recuperado de <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-18122013-094209/publico/doutoradoligiaassumpcaoamaral.pdf>
- Amaral, L. A. (1994). Corpo desviante: olhar perplexo. *Psicologia USP*, 5(1-2), 245-268. <https://doi.org/10.1590/S1678-51771994000100016>
- Araújo, L. F., Fernandes-Eloi, J., Rabelo, D. F., & Silva, J. (2019). As vulnerabilidades da velhice LGBTTTQI: as repercussões psicossociais e as formas de exclusão social. In E. Cerqueira-Santos, & L. Maia (Orgs.), *Preconceito e Exclusão Social: estudos em psicologia no Brasil* (Cap. 11, pp. 374-396). Teresina: EDUFPI. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/334466040_PRECONCEITO_E_EXCLUSAO_SOCIAL_Estudos_em_Psicologia_no_Brasil
- Arendt, H. (2007). *A condição Humana* (10ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária,
- Ariès, P. (2012). *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. (P. Siqueira, Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barros, G. S. (2006). *Racismo institucional: a cor da pele como principal fator de suspeição*. (Dissertação de Mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/1615>
- Beauvoir, S. (1970). *O segundo sexo I: fatos e mitos* (4ª ed). São Paulo: Difusão Européia do Livro.

- Betti, M. U. (2014). *Beleza sem medidas? Corpo, gênero e consumo no mercado de moda plus-size*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. doi:10.11606/D.8.2014.tde-13052015-115256. Recuperado de https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-13052015-115256/publico/2014_MarcellaUcedaBetti_VOrig.pdf
- Borrillo, D. (2010). *Homofobia : história e crítica de um preconceito*. (G. J. de F. Teixeira, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Bosi, E. (2016). *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (19ª ed). São Paulo: Companhia das Letras.
- Bourdieu, P. (2012). *A dominação masculina*. (M. H Kühner, Trad.) (11ª ed). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Caetano, V. B. L. (2019). *Não tem cabimento: corpo e subjetividade no discurso de sujeitos gordos* (Dissertação de Mestrado). Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil. Recuperado de http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/4486/1/Dissertacao_Virg%c3%adnia_Caetano.pdf
- Cao, S., Moineddin, R., Urquia, M. L., Razak, F., & Ray, J. G. (2014). J-shapedness: an often missed, often miscalculated relation: the example of weight and mortality. *Journal of Epidemiology and Community Health*. DOI: 10.1136/jech-2013-203439
- Chaves, A. P, & Mendonça, V. (1997). Produção de significados: uma proposta de metodologia fenomenológica. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 14(3), 65-68. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X1997000300006>

Conselho Federal de Psicologia (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*.

Recuperado de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>.

Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo. Recuperado de

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod_resource/content/0/Angela%20Davis_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf

Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Dispõe sobre a aplicação da lei penal.

Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>

Fernandes-Eloi, J., & Lourenço, J. R. C. (2019). Suicídio na Velhice – Um Estudo de

Revisão Integrativa da Literatura. *Rev.CES Psico*, 12(1), 80-95. Recuperado de <http://www.scielo.org.co/pdf/cesp/v12n1/2011-3080-cesp-12-01-80.pdf>

Ferro, A. P. R. (2015). A netnografia como metodologia de pesquisa: um recurso possível.

Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós. Recuperado de <https://docplayer.com.br/11545096-A-netnografia-como-metodologia-de-pesquisa-um-recurso-possivel.html>

Figueiró, M. N. D. (2007). *Homossexualidade e educação sexual : construindo o respeito à*

diversidade. Londrina: UEL. Recuperado de https://www.cepac.org.br/blog/wp-content/uploads/2011/07/HOMOSSEXUALIDADE_E_EDUCACAO_SEXUAL.pdf

Foucault, M. (1998). *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres* (8ª ed.). Rio de Janeiro:

Graal.

- Foucault, M. (1999). *História da Sexualidade 1: a vontade de saber* (13ª ed.). Rio de Janeiro: Graal.
- Freitas, R. G., Pereira, L. L., Alves, P. S., & Oliveira, M. R. F. (2019). Lipofobia, disciplinamento do corpo e produção de valor. *Conexões*, 17. <https://doi.org/10.20396/conex.v17i0.8655108>
- Fumegalli, A. (2019, setembro 30). *Taxa de suicídio entre idosos cresce e prevenção é o melhor caminho*. Secretaria da Saúde. Recuperado de <https://saude.rs.gov.br/taxa-de-suicidio-entre-idosos-cresce-e-prevencao-e-o-melhor-caminho>
- Gadamer, H-G. (1999). *Verdade e Método* (3ª ed). Petrópolis: Vozes.
- Goffman, E. (2004). *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (M. Lambert ,Trad.).
- Goldenberg, M. (2005). Dominação masculina e saúde: usos do corpo em jovens das camadas médias urbanas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1), pp. 91-96. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a09v10n1.pdf>
- Gomes, N. L. (2003). Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, 29(1), 167-182. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100012>
- Gonçalves Filho, J. M. (1998). Humilhação social - um problema político em psicologia. *Psicologia USP*, 9(2), 11-67. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-65641998000200002>
- Gonçalves Filho, J. M. (2007). Humilhação social: humilhação política. In *Orientação à queixa escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Gonzalez, L. (1984). Racismo e Sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs*, 223-244. Recuperado de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf
- Grenha, P. A. M. (2011). *Transformações do consumo alimentar na época contemporânea*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Portugal. Recuperado de <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/18528>
- Henning, C. E. (2013). Nas tensões eróticas da gerontofobia e da gerontofilia: uma etnografia de homens que mantêm práticas sexuais homoeróticas na meia idade e velhice. In: G. R. Passamani (Org.). *(Contra)pontos : ensaios de gênero, sexualidade e diversidade sexual: cursos da vida e gerações* (pp. 83-105). Campo Grande: UFMS. Recuperado de https://www.academia.edu/43258842/HENNING_C_E_2013_Gerontofobia_e_gerontofilia_entre_homens_com_pr%C3%A1ticas_sexuais_homoer%C3%B3ticas_na_meia_idade_e_velhice
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). Homens ganharam quase 30% a mais que as mulheres em 2019. Agência IBGE Notícias. Recuperado de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27598-homens-ganharam-quase-30-a-mais-que-as-mulheres-em-2019>
- International Society of Aesthetic Plastic Surgery. (2019, dezembro). *Estudo internacional mais recente revela que as cirurgias estéticas continuam crescendo em todo o mundo*. ISAPS. Recuperado de <https://www.isaps.org/wp-content/uploads/2019/12/ISAPS-Global-Survey-2018-Press-Release-Portuguese.pdf>

- Jodelet, D. (2001). Os processos psicossociais da exclusão. In B.Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (2ª ed, pp. 53-66). Petrópolis: Vozes.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cogobó.
- Kleba, M. E., & Wendausen, A. (2009). Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde Soc. São Paulo*, 18(4), 733-743. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n4/16.pdf>
- Koch-Filho, H. R, Koch, L. F. A., Kusma, S. M., Werneck, R. I., Bisinelli, J. C., Moysés, S. T., & Alanis, L. R. A (2012). Uma reflexão sobre o preconceito etário na saúde. *Revista Gestão & Saúde*, 4(2), 40-48. Recuperado de <http://www.herrero.com.br/files/revista/file854236d2c6dc82d75eab6a818b8abe27.pdf>
- Leal, G. F. (2008). *Exclusão social e ruptura dos laços sociais: análise crítica do debate contemporâneo*. (Tese de Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. Brasil. Recuperado de http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/280476/1/Leal_GiulianaFranco_D.pdf
- Macêdo, S. M.(1999). Análise fenomenológica de depoimentos escritos: apresentando e discutindo uma possibilidade. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 16(1), 35-44. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X1999000100004>

- Maia, K. S., & Zamora, M. H. N. (2018). O Brasil e a lógica racial: do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. *Psicologia Clínica*, 30(2), 265-286. <https://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0030n02A04>
- Mello, A. G. (2016). Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(10), 3265-3276. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016>
- Minayo, M.C.S. (2006). *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. Recuperado de <https://static.scielo.org/scielobooks/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>
- Nogueira, E. J., Gomes, L. F., & Soares, M. L. A. (2011). Netnografia: considerações iniciais para pesquisas em educação. *Quaestio - Revista De Estudos Em Educação*, 13(2). Recuperado de <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/696>
- Nogueira, I. B. (1998). *Significações do Corpo Negro*. (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <http://www.ammapsique.org.br/baixar/corpo-negro.pdf>
- Oliveira, A. L. de M., & Resende, M. C. (2017). Oficinas vivenciais: reflexões sobre direitos humanos de pessoas com deficiências. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21(2), 295-301. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/pee/v21n2/2175-3539-pee-21-02-00295.pdf> <https://doi.org/10.1590/2175-3539201702121118>
- Paiva, M. V. S. (2015). *Se é negro é suspeito, se é suspeito é negro: uma análise discursiva da produção de suspeita em notícias da Folha de S. Paulo*. (Dissertação de mestrado). Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow, CEFET/RJ, Rio de Janeiro,

- Brasil. Recuperado de http://dippg.cefet-rj.br/pprer/attachments/article/81/36_Maria%20Vitoria%20Silva%20Paiva.pdf
- Pereira, J. A., & Saraiva, J. M. (2017). Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão a inclusão social. *SER Social*, 19(40), 168-185. https://doi.org/10.26512/ser_social.v19i40.14677
- Pontes, J. C., e Silva, C. G. (2018). Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. *Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades*, 8(1), 396-417. Recuperado de <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/viewFile/23211/15536>
- Ribeiro, D. (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras.
- Rozendo, A. S. (2016). Ageísmo: um estudo com grupos de terceira idade. *Revista Kairós Gerontologia*, 19(3), 79-89. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/31558>
- Santos, C. J. (2010). *Crimes de preconceito e de discriminação* (2ª ed). São Paulo: Saraiva.
- Santos, J. V. O., Araújo, L. F., & Negreiros, F. (2018). Atitudes e estereótipos em relação à velhice LGBT. *Revista Interdisciplinar*, 29, 57-69. Recuperado de <https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/9624>
- Santos, L. A. S. (2008). *O corpo, o comer e a comida um estudo sobre as práticas corporais alimentares cotidianas a partir da cidade de Salvador – Bahia*. Salvador: EDUFBA. Recuperado de <https://static.scielo.org/scielobooks/38m/pdf/santos-9788523209087.pdf>

- Saraiva, L. A. S., Santos, L. T., & Pereira, J. R. (2020). Heteronormatividade, Masculinidade e Preconceito em Aplicativos de Celular: O Caso do Grindr em uma Cidade Brasileira. *BBR. Brazilian Business Review*, 17(1), 114-131. Recuperado de https://www.scielo.br/pdf/bbr/v17n1/pt_1808-2386-bbr-17-01-114.pdf
- Silva, L. M. (2006). O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. *Revista Brasileira de Educação*, 11(33), 424-434. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782006000300004>
- Silva, M. L. (2004). *Racismo e os efeitos na saúde mental*. Recuperado de <http://www.mulheresnegras.org/doc/livro%20ledu/129-132MariaLucia.pdf>
- Silva, R., Bezerra, W., & Queiroz, S. (2015). Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. *Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo*, 26(3), 364-372. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v26i3p364-372>
- Silva, S. A. (2015). Desvelando a Netnografia: um guia teórico e prático. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 38(2), 339-342. <https://doi.org/10.1590/1809-58442015217>
- Sodré, O. (2004). Contribuição da fenomenologia hermenêutica para a psicologia social. *Psicologia USP*, 15(3), 55-80. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642004000200004>
- Souza, N. S. (1990). *Tornar-se negro: As vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Graal.

- Tavares, R. C. (2014). O sentimento de pertencimento social como um direito universal. *Caderno de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, 15(106), 179-201. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1984-8951.2014v15n106p179/0>
- Vasconcelos, N. A., Sudo, I., & Sudo, N. (2004). Um peso na alma: o corpo gordo e a mídia. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 4(1), 65-93. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482004000100004&lng=pt&tlng=pt.
- Vieira, R. S. S. (2013). *Estereótipos e preconceitos contra os idosos* (Dissertação de Mestrado). Centro de Ciências de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil. Recuperado de https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5953/1/RODRIGO_SENA_SILVA_VIEIRA.pdf
- Wedderburn, C. M. (2007). *O racismo através da história: da antiguidade à modernidade*. Recuperado de <http://www.ammapsique.org.br/baixar/O-Racismo-atraves-da-historia-Moore.pdf>
- Wolf, N. (1992). *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres* (W. Barcellos, Trad.). Rio de Janeiro: Rocco.
- Zanello, V, Fiuza, G., & Costa, H. S. (2015). Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. *Fractal: Revista de Psicologia*, 27(3), 238-246. <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1483>.